

MUNDIAL S.A. - PRODUTOS DE CONSUMO.
Companhia Aberta
CNPJ 88.610.191/0001-54

**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO ÀS
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
DE 31 DE DEZEMBRO DE 2010**

1. Mensagem da Administração

Prezado acionista,

Para definir o ano de 2010 basta uma palavra: retomada. Após a crise, ao final de 2008, que marcou o cenário econômico internacional até meados de 2009, a economia brasileira demonstrou força. O Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro apresentou crescimento de 7,5%, a renda aumentou e, por consequência, o consumo.

O crescimento da massa salarial e do crédito à pessoa física foi responsável pelo forte incremento do consumo das famílias. Os nossos negócios foram impulsionados por esta massa consumidora, com aumento das vendas e ganhos de resultados. Esta tendência continua. O comércio vem ampliando suas vendas desde maio de 2009. E a nossa trajetória continuará a ser beneficiada pela confiança dos consumidores. Por isso, continuamos investindo no aumento da nossa capacidade e inovação dos nossos produtos.

A retomada, entretanto, não marcou apenas o Brasil, mas o mundo. Do lado dos nossos custos, é preciso vislumbrar que o incremento do consumo, principalmente dos países emergentes (Ásia), pressionou os preços internacionais das commodities metálicas. As cotações têm registrado recordes desde 2008, destaque para o cobre, níquel e o alumínio.

Mesmo diante dos desafios, é possível classificar o ano de 2010 como o divisor de águas dos nossos negócios. A conjuntura de crise enfrentada nos anos anteriores nos levou à reestruturação, com a busca pela redução de custos, o que compensou, em parte, a alta dos insumos. A melhora dos nossos resultados são o atestado que a estratégia deu certo e pretendemos continuar no mesmo caminho.

Os sacrifícios anteriores mudaram a história da Mundial S.A., que aos 115 anos, consolida a nova estrutura por divisão: Unidade Fashion; Unidade Produtos de Consumo - resultado da soma das unidades de Gravataí (Personal Care e Gourmet), Guarulhos (Avamiller) e Mundial Distribuidora (DIMI); Unidade Syllent (Eberle Equipamentos e Processos); e outros negócios.

A divisão Fashion abrange o segmento de elementos decorativos para confecções sob a marca Eberle Fashion, produzindo aviamentos para a indústria da confecção/moda, com mais de 60% de participação no mercado nacional. O parque industrial conta com uma das maiores instalações de galvanoplastia automatizada do País, onde são produzidos mais de 400 milhões de peças por mês, entre botões, ilhoses, enfeites e fivelas.

No segmento de consumo, a divisão Personal Care fabrica produtos voltados para a linha de cuidados pessoais de uso profissional e doméstico, como tesouras, alicates para cutículas e unhas, cortadores e pinças. Além disso, faz parte desta divisão o Laboratório Avamiller de Cosméticos Ltda., produtor dos esmaltes e cremes da marca Impala, adquirido pela Mundial S.A. em uma operação que teve início em 2008. Já na divisão Gourmet, estão os produtos voltados para culinária profissional e doméstica, tais como facas, talheres, baixelas e utensílios domésticos. Além destas linhas, esta divisão também é responsável pela produção e distribuição de facas profissionais para frigoríficos e açougues.

2. Análise de desempenho

A retomada da confiança do consumidor, com mais classes emergentes entrando no mercado e o crescimento da renda elevaram as vendas. Nosso faturamento bruto atingiu R\$ 488,71 milhões, crescimento de 28% frente ao ano de 2009 (R\$ 383,01 milhões). As divisões Fashion e de Consumo respondem por 93% desse faturamento bruto. É importante ressaltar que as demonstrações contábeis consolidadas utilizadas neste relatório seguem de acordo com o IFRS.

Nossa receita líquida de vendas e serviços passou de R\$ 287,91 milhões para R\$ 365,48 milhões, aumento de 27%. Por segmento de negócios, a divisão Fashion foi responsável por 48% da receita líquida, que passou de R\$ 159,45 milhões no ano de 2009 para R\$ 176,01 milhões em 2010, incremento de 10%. O desempenho, entretanto, teria sido ainda mais favorável, caso não tivéssemos realizado uma reestruturação interna, com a modernização dos sistemas ao longo de 2010, que pontualmente limitou o crescimento deste segmento. Finalizado o processo, ocorreu uma forte retomada das vendas ao longo do ano passado devendo permanecer assim em 2011.

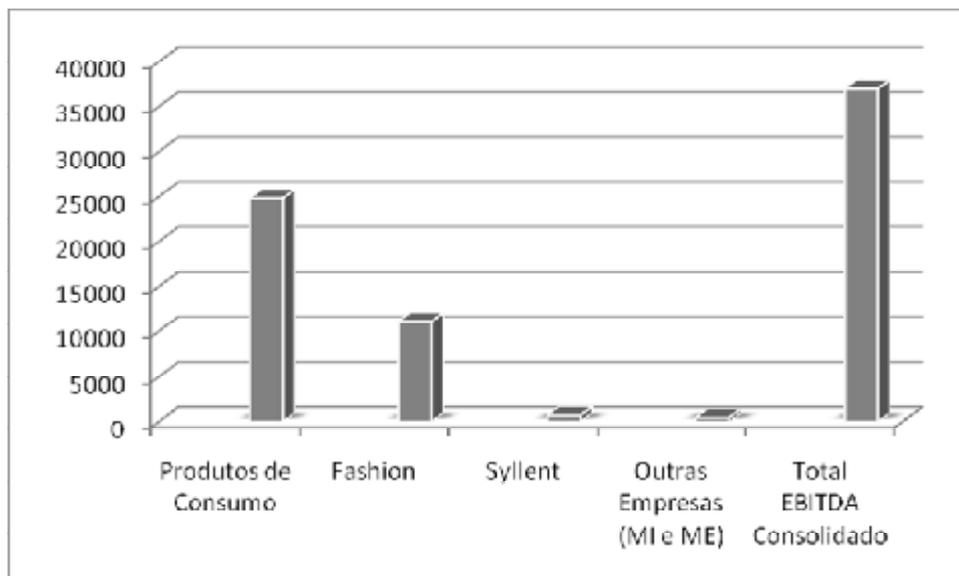
O setor de Produtos de Consumo, que envolve as divisões Personal Care e Gourmet, representou 44% da nossa receita líquida e registrou um crescimento de 48% na comparação ano a ano. Em 2009, as duas divisões juntas obtiveram uma receita líquida de R\$ 109,84 milhões e, em 2010, o valor aumentou para R\$ 162,44 milhões. O restante dos negócios representou 7% da receita líquida.

Receita Líquida de Vendas	2010	2009	Var %
Produtos de Consumo	162.436	109.837	48%
Mercado Interno	145.047	91.578	
Mercado Externo	17.389	18.259	
Fashion	176.012	159.451	10%
Mercado Interno	167.849	151.534	
Mercado Externo	8.163	7.917	
Syllent	11.980	10.938	10%
Mercado Interno	10.336	8.450	
Mercado Externo	1.644	2.488	
Outras Empresas (MI e ME)	15.056	7.681	96%
Total Receita Líquida Consolidada de Vendas	365.484	287.907	27%

Nosso lucro bruto cresceu em linha com a receita líquida. No consolidado, o indicador passou de R\$ 93,82 milhões para R\$ 118,55 milhões, aumento de 26%. Apesar da forte elevação dos preços das commodities, notadamente o cobre que teve seus preços elevados em mais de 33% ao longo de 2010, a política de redução de custos viabilizou um efeito líquido na evolução do custo do produto vendido sensivelmente menor. Especificamente no segmento Fashion, o custo representou em 2009 um montante equivalente a 72% da receita líquida, enquanto o indicador para o exercício de 2010 aumentou para 74%. Por sua vez, no segmento de Produtos de Consumo, o indicador se manteve constante em 63% da receita líquida.

O Ebitda, que mede a geração de caixa da empresa, acompanhou o aumento das vendas e mostrou crescimento de 12% na relação ano a ano. O Ebitda consolidado somou R\$ 37,00 milhões. A maior responsável foi a divisão de Produtos de Consumo, 67% do total ou R\$ 24,79 milhões. Em seguida está a divisão Fashion, com 30% do Ebitda, representando um valor de R\$ 11,08 milhões. O Ebitda da divisão Fashion ficou abaixo da média histórica face à reestruturação interna pela qual passou esta divisão. Vale salientar que o fraco desempenho da divisão Fashion foi pontual e a tendência começou a se inverter já nos primeiros meses de 2011.

Composição do Ebtida



3. Endividamento Fiscal

Foram dados importantes passos rumo à redução do nosso endividamento fiscal. Aderimos ao programa de parcelamento de débitos de ICMS (Ajustar) junto à Secretária da Fazenda Estadual do Rio Grande do Sul. O parcelamento concedeu redução de juros no montante de R\$ 59,24 milhões. Em 22 de dezembro de 2010, concluímos o processo de adjudicação um imóvel avaliado em R\$ 30,06 milhões junto à Secretária da Fazenda Estadual do Rio Grande do Sul. O valor consolidado com a Secretaria da Receita Estadual no programa Ajustar é de R\$ 39,12 milhões, que será pago em 120 parcelas mensais e consecutivas, atualizado pela Selic com recolhimento de R\$ 644 mil até dezembro e, a partir de janeiro de 2011, o recolhimento mensal passa para R\$ 368 mil.

Continuamos empreendendo todos os esforços visando à redução acelerada do nosso endividamento fiscal, inclusive com eventual alienação de outros ativos não operacionais.

a. Lucro Líquido

Revertemos prejuízo de R\$ 16,63 milhões, em 2009, para um lucro de R\$ 10,86 milhões, em 2010. A reversão do prejuízo para lucro está relacionada não só ao crescimento das vendas, mas também à reversão de uma perda financeira de R\$ 11,98 milhões em 2009 para uma receita financeira de R\$ 16,63 milhões em 2010, em grande parte influenciada pelas renegociações da dívida tributária estadual, contribuindo de forma importante para obtenção do resultado final.

4. Investimentos

A Mundial investiu em ampliação de capacidade durante o ano de 2010 e tem planos de continuar com investimentos para o próximo exercício (2011). Queremos incrementar a presença em Personal Care através do lançamento de novos produtos bem como do fortalecimento da presença em pontos de venda através de ações de trade marketing. Iremos consolidar a distribuição da marca Impala em conjunto com Mundial e desta forma buscar a liderança no segmento de cuidados de pés e mãos.

No último trimestre de 2010 iniciamos uma operação de varejo no mercado Norte-Americano, estabelecendo inicialmente no sul da Florida, uma rede de 5 quiosques para venda dos produtos da divisão de Personal Care, instalados nos principais shopping centers de Miami e Ft Lauderdale.

Nossos investimentos também visam fortalecer a liderança em Fashion Fasteners com novas linhas de produtos voltadas para os mais diversos segmentos de confecção, com ênfase na nossa elevada capacidade de customização de produtos. Além disso, pretendemos expandir a exportação a partir da Mundial Ásia, em Hong Kong, de forma a incrementar a presença de nossas marcas em mercados competitivos tais como USA, Europa, Ásia, e alguns países da America Latina.

5. Perspectivas 2011

Para este ano, é projetada a desaceleração do crescimento do PIB brasileiro que, segundo as estimativas do mercado, deve ficar ao redor dos 4%. Apesar deste arrefecimento, a nossa visão é de que a expansão do PIB continua significativa, assim como a tendência de aumento da renda e do consumo. As condições favoráveis do mercado de trabalho, a maior previsibilidade da economia e a contínua expansão do crédito continuarão estimulando o crescimento do consumo das famílias e o ciclo de investimentos das empresas.

Diante da demanda aquecida, as vendas da Mundial S.A. devem continuar crescendo em todos os segmentos. A receita líquida consolidada estimada é da ordem de R\$ 410 milhões para este ano, o que corresponde a um crescimento de 12,2% em relação ao faturamento líquido obtido em 2010.

A projeção para a geração de caixa medida pelo Ebtida é da ordem de R\$ 55 milhões, representando um crescimento de 50%. Na divisão Fashion, a perspectiva é de aceleração das vendas, devido ao fim da reestruturação interna, que prejudicou as vendas no primeiro semestre de 2010. No segmento Consumo, formado pelas divisões Personal Care e Gourmet, a receita de vendas também tende a continuar crescente.

6. Governança Corporativa

A Mundial S.A. tem feito importantes avanços em termos de governança corporativa. Nosso Conselho de Administração conta com membros independentes, além de contarmos com um Conselho Fiscal. A criação de um Comitê de Auditoria encontra-se em fase de estudo. O objetivo é, propor aos acionistas na próxima Assembléia Geral o ingresso no Nível 1 de Governança Corporativa da BM&FBovespa.

7. Auditores Independentes

Com intuito de atender à instrução CVM nº 381/2003, comunicamos que a Directa Auditores, prestadora dos serviços de auditoria externa à Companhia, não prestou serviços não relacionados à auditoria externa durante o exercício de 2010.

A política da Companhia na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa junto aos auditores independentes fundamenta-se nos princípios que preservam a independência do auditor.

Agradecimentos

A Administração da Companhia agradece aos seus colaboradores, aos fornecedores e instituições financeiras, pela credibilidade e confiança e aos acionistas e conselheiros, pelo apoio nas decisões que vêm sendo tomadas.

A Administração

	Controladora			Consolidado		
	31/12/10	31/12/09	01/01/09	31/12/10	31/12/09	01/01/09
Ativo circulante						
Disponibilidades (Nota 7)	4.274	7.727	15.909	7.608	14.566	24.208
Clientes (Nota 8)	90.439	72.809	74.638	116.301	85.801	81.247
Créditos de liquidação duvidosa (Nota 8)	(2.935)	(2.583)	(2.737)	(3.540)	(3.340)	(3.540)
Títulos a receber (Nota 11)	13.490	8.150	21.127	13.490	8.150	21.127
Estoques (Nota 9)	24.519	20.804	22.102	38.863	33.543	27.992
Impostos a recuperar (Nota 10)	531	892	985	1.516	937	1.047
Outras contas a receber	13.756	15.548	19.065	17.859	20.152	20.869
Total ativo circulante	144.074	123.347	151.089	192.097	159.809	172.950
Ativo não circulante						
Títulos a receber (Nota 11)	55.593	61.107	44.305	55.593	61.107	44.305
Aplicações financeiras (Nota 7)	610	461	573	669	461	573
Partes relacionadas (Nota 12)	279.605	252.748	234.270	275.436	246.377	226.824
Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 18)	11.971	8.264	36.764	12.413	9.763	37.681
Créditos tributários (Nota 13)	7.737	13.349	13.349	7.737	13.349	13.349
Impostos a recuperar (Nota 10)	380	803	15.253	7.515	6.334	18.719
Créditos judicial com terceiros (Nota 14)	18.833	18.833	18.833	18.833	18.833	18.833
Outras contas a receber	4.754	5.728	15.056	7.714	6.668	15.087
Imovéis destinados a venda	19.545	19.545	19.545	58.463	58.463	58.463
Participações em controladas (Nota 15)	60.584	62.810	63.228	-	-	-
Outros investimentos	686	1.006	1.031	721	1.041	1.067
Imobilizado (Nota 16)	178.855	225.012	230.529	192.747	235.804	237.839
Intangível (Nota 17)	49.767	38.083	24.293	49.954	38.193	24.341
Total ativo não circulante	688.919	707.749	717.029	687.795	696.393	697.081
Total do Ativo	832.993	831.096	868.118	879.892	856.202	870.031

Mundial S.A. - Produtos de Consumo
BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO

Em reais mil

	Controladora			Consolidado		
	31/12/10	31/12/09	01/01/09	31/12/10	31/12/09	01/01/09
Passivo circulante						
Fornecedores	28.415	24.346	22.366	44.470	30.258	24.244
Impostos e contribuições sociais (Nota 20)	55.439	41.528	37.700	64.156	56.688	38.080
Debêntures (Nota 22)	4.743	2.673	11.712	4.743	2.673	11.712
Salários e ordenados	10.082	8.922	8.757	11.356	10.090	8.960
Empréstimos e financiamentos (Nota 19)	133.727	112.647	108.319	163.972	137.242	109.697
Outras contas a pagar	14.242	13.070	11.964	18.288	14.625	13.638
Total passivo circulante	246.648	203.186	200.818	306.985	251.576	206.331
Passivo não circulante						
Empréstimos e financiamentos (Nota 19)	8.902	11.622	14.273	10.404	12.317	15.299
Impostos e contribuições sociais (Nota 20)	345.080	420.537	404.071	380.703	437.936	405.767
Debêntures (Nota 22)	21.324	24.182	21.061	21.324	24.182	21.061
Partes relacionadas (Nota 12)	10.149	8.831	8.344	-	-	-
Juros de capital próprio (Nota 24)	1.729	-	-	1.729	-	-
Provisões para contingências (Nota 23)	2.690	2.819	14.260	3.003	3.021	14.260
Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 18)	59.822	35.576	36.500	63.054	38.844	39.832
Outras contas a pagar	300	3.415	20.090	714	4.983	20.568
Total passivo não circulante	449.996	506.982	518.599	480.931	521.283	516.787
Patrimônio líquido (Nota 24)						
Capital social	28.794	28.794	28.794	29.692	29.691	29.646
Reservas de reavaliação	81.975	111.389	115.090	81.975	111.389	115.090
Reserva especial	3.201	-	-	3.201	-	-
Reserva de lucros	23.902	4.092	4.092	24.070	4.260	4.094
Ajustes de avaliação patrimonial	(1.523)	(1.126)	725	(1.523)	(1.068)	725
Resultados acumulados	-	(22.221)	-	(45.774)	(61.159)	(3.031)
Total do patrimônio líquido dos controladores	136.349	120.928	148.701	91.641	83.113	146.524
Participações dos não controladores	-	-	-	335	230	389
Total do patrimônio líquido	136.349	120.928	148.701	91.976	83.343	146.913
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido	832.993	831.096	868.118	879.892	856.202	870.031

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis

	Controladora			Consolidado		
	31/12/10	31/12/09	01/01/09	31/12/10	31/12/09	01/01/09
Receita líquida de vendas e serviços (Nota 28)	278.556	251.779	286.539	365.484	287.907	308.675
Custos de vendas e serviços	(193.617)	(171.936)	(186.354)	(246.937)	(194.085)	(198.243)
Lucro bruto	84.939	79.843	100.185	118.547	93.822	110.432
Despesas operacionais						
Com vendas	(42.746)	(37.030)	(41.243)	(60.784)	(47.477)	(46.566)
Gerais e administrativas	(20.444)	(16.583)	(19.219)	(29.035)	(21.201)	(22.338)
Remuneração dos administradores (Nota 30)	(2.282)	(2.100)	(1.991)	(2.282)	(2.100)	(1.991)
Outras despesas operacionais (Nota 31)	(11.077)	(928)	(9.613)	(11.007)	(1.332)	(9.655)
	(76.549)	(56.641)	(72.066)	(103.108)	(72.110)	(80.550)
Lucro operacional antes do resultado das participações em controladas e do resultado financeiro	8.390	23.202	28.119	15.437	21.712	29.882
Resultado de participação em controladas (Nota 15)						
Resultado da equivalência patrimonial	(1.423)	(579)	1.361	-	-	-
	(1.423)	(579)	1.361	-	-	-
Resultado financeiro (Nota 31)						
Receitas financeiras	89.946	23.012	25.486	90.479	23.644	26.426
Despesas financeiras-giro	(26.538)	(16.730)	(11.134)	(34.783)	(19.873)	(10.492)
Outras despesas financeiras	(33.082)	(27.250)	(34.968)	(39.460)	(15.753)	(37.143)
	30.326	(20.968)	(20.616)	16.236	(11.982)	(21.209)
Lucro operacional antes do imposto de renda e da contribuição social	37.293	1.655	8.864	31.675	9.730	8.673
Imposto de renda e contribuição social (Nota 18)	(20.606)	(26.897)	(1.353)	(20.744)	(26.401)	(1.262)
Participação dos minoritários	-	-	-	(66)	44	(32)
Lucro líquido do exercício	16.687	(25.242)	7.511	10.865	(16.627)	7.379
Lucro por ação - em R\$	0,35	(0,53)	0,16			

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis



Mundial S.A. - Produtos de Consumo
DEMONSTRAÇÕES DE VALOR ADICIONADO EM 31 DE DEZEMBRO
 Em reais mil

	Controladora			Consolidado		
	31/12/10	31/12/09	01/01/09	31/12/10	31/12/09	01/01/09
Receitas	359.265	322.739	366.492	479.530	375.804	392.247
Venda de mercadorias, produtos e serviços	367.339	326.076	371.165	488.705	379.733	395.784
Abatimentos descontos e devoluções	(7.720)	(8.950)	(4.536)	(8.830)	(9.733)	(4.536)
Outras receitas	-	5.684	162	194	5.843	1.353
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(354)	(71)	(299)	(539)	(39)	(354)
Insumos adquiridos de terceiros	(243.438)	(212.346)	(212.326)	(325.733)	(253.578)	(230.228)
Custos dos produtos, das mercadorias e serviços vendidos	(127.512)	(149.984)	(158.127)	(188.584)	(186.030)	(171.348)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(115.926)	(62.362)	(54.199)	(137.149)	(67.548)	(58.880)
Valor adicionado bruto	115.827	110.393	154.166	153.797	122.226	162.019
Depreciação, amortização e exaustão	(13.002)	(13.227)	(23.800)	(13.648)	(13.823)	(25.228)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	102.825	97.166	130.366	140.149	108.403	136.791
Equivalência patrimonial	(1.423)	(579)	1.361	-	-	-
Receitas financeiras	89.946	23.012	25.486	90.479	23.644	26.426
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(20.606)	(26.897)	(1.353)	(20.744)	(26.401)	(1.262)
Valor adicionado a distribuir	170.742	92.702	155.860	209.884	105.646	161.955
Pessoal	(50.297)	(31.114)	(44.922)	(62.595)	(39.932)	(47.451)
Remunerações diretas	(43.370)	(25.214)	(38.765)	(54.462)	(33.628)	(41.175)
Benefícios	(2.322)	(1.405)	(1.821)	(2.967)	(1.525)	(1.855)
FGTS	(4.605)	(4.495)	(4.336)	(5.166)	(4.779)	(4.421)
Impostos, taxas e contribuições	(44.138)	(41.753)	(56.331)	(60.737)	(44.172)	(58.068)
Impostos federais	(30.098)	(30.041)	(38.642)	(40.840)	(31.871)	(39.956)
Impostos estaduais	(13.135)	(11.373)	(17.188)	(18.691)	(11.914)	(17.593)
Impostos municipais	(905)	(339)	(501)	(1.206)	(387)	(519)
Remuneração de capitais de terceiros	(59.620)	(45.077)	(47.096)	(75.867)	(38.169)	(49.057)
Despesas financeiras-giro	(26.538)	(16.730)	(11.134)	(34.783)	(19.873)	(10.492)
Outras despesas financeiras	(33.082)	(27.250)	(34.968)	(39.460)	(15.753)	(37.143)
Aluguéis	-	(1.097)	(994)	(1.624)	(2.543)	(1.422)
Remuneração de capital próprio	(16.687)	25.242	(7.511)	(10.685)	16.627	(7.379)
Juros de capital próprio bruto	(2.032)	-	-	(2.032)	-	-
Lucros prejuízo retido do período	(14.655)	25.242	(7.511)	(8.587)	16.671	(7.347)
Participações Não Controladas	-	-	-	(66)	(44)	(32)
Distribuição do valor adicionado	(170.742)	(92.702)	(155.860)	(209.884)	(105.646)	(161.955)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis



Mundial S.A. - Produtos de Consumo

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO

Em reais mil

	Controladora			Consolidado		
	31/12/10	31/12/09	01/01/09	31/12/10	31/12/09	01/01/09
Resultado líquido do exercício	16.687	(25.242)	7.511	10.865	(16.627)	7.379
Ajustes para reconciliar o resultado líquido do exercício						
Variação Cambial Clientes	408	2.079	571	481	2.118	-
Provisão para devedores duvidosos	354	71	299	799	300	354
Juros a receber sobre vendas de ativos	(11.405)	(10.384)	-	(11.405)	(10.384)	-
Ajuste por obsolescência	(367)	-	-	64	(260)	(14)
Atualização de partes relacionadas (ativa/passivas)	(30.505)	(23.035)	(25.380)	(30.054)	(22.543)	(24.532)
Imposto de renda e contribuição social diferido - ativo	(3.707)	28.500	3.409	(2.650)	27.908	(2.650)
Variações diversas ativos	6.190	494	353	6.315	520	639
Equivalência patrimonial	1.423	579	(1.361)	-	-	-
Baixas de imobilizados	35.211	-	-	35.211	-	-
Depreciação, amortização	13.002	13.227	23.800	13.648	13.823	25.228
Variação cambial de fornecedores	(46)	(117)	-	6	116	-
Variação de impostos e contribuições	(59.204)	22.609	21.445	(53.141)	9.269	21.542
Imposto de renda e contribuição social diferido - passivo	24.246	(1.604)	(2.357)	24.210	(1.604)	3.184
Atualização de Debentures	5.249	2.350	6.574	5.249	2.350	6.574
Atualização de empréstimos e financiamentos	806	(4.980)	8.466	1.261	(2.850)	8.628
Variações diversas passivos	156	(723)	(3.770)	201	(724)	(3.775)
Provisão para contingências	3.519	2.136	2.390	3.675	2.339	2.390
Total das despesas e receitas que não afetam o caixa	(14.668)	31.202	34.439	(6.130)	20.378	37.568
Geração Caixa Operacional	2.019	5.960	41.950	4.735	3.751	44.947
Redução ou (aumento) dos saldos ativos						
Clientes	(18.038)	(250)	(10.442)	(30.980)	(6.672)	(12.233)
Provisão para devedores duvidosos	(2)	(225)	(552)	(599)	(500)	(615)
Títulos a receber	11.580	6.558	3.664	11.580	6.559	3.664
Estoque	(3.349)	1.298	(4.716)	(4.864)	(5.291)	(5.583)
Partes relacionadas	3.647	4.557	4.286	995	2.990	5.624
Outras contas a receber - circulante e longo prazo	2.823	27.028	(9.368)	(1.106)	18.884	(10.498)
Total da redução ou (aumento) dos saldos ativos	(3.339)	38.966	(17.128)	(24.974)	15.970	(19.641)
Aumento ou (redução) dos saldos passivos						
Fornecedores	4.115	2.097	(4.482)	14.206	5.898	(4.058)
Impostos e contribuições	(2.334)	(2.315)	(13.503)	3.377	38.321	(13.668)
Salários e ordenados	1.003	185	35	1.110	1.107	19
Partes relacionadas	1.319	486	936	-	-	-
Provisões para contingências	(3.363)	(12.858)	(5.387)	(3.519)	(8.015)	(6.109)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	-	-	-	616	(120)
Outras Contas a Pagar - Circulante e Longo Prazo	(1.891)	(15.584)	28.709	404	(13.851)	30.179
Total do aumento ou (redução) dos saldos passivos	(1.151)	(27.989)	6.308	15.578	24.076	6.243
Atividades de Investimentos						
Investimentos	(45)	(2.089)	6	(45)	-	9
Imobilizado	(2.405)	(7.638)	(15.639)	(5.726)	(11.718)	(16.362)
Intangíveis	(11.762)	(13.859)	(23.684)	(11.838)	(13.922)	(23.732)
Atividades de financiamentos						
Empréstimos e financiamentos	17.541	6.735	11.068	23.556	27.413	12.076
Debêntures a pagar	(6.038)	(8.268)	(11.405)	(6.038)	(8.268)	(11.405)
Juros de capital próprio	1.729	-	(1.728)	1.729	-	(1.728)
Participação de acionistas não controladores	-	-	-	(110)	(159)	120
Valores não eliminados na consolidação						
Patrimônio líquido negativo da controlado Avamiller	-	-	-	-	(35.768)	-
Resultado não eliminados em controladas	-	-	-	(5.430)	(8.954)	-
Total da geração de caixa	(3.451)	(8.182)	(10.252)	(8.563)	(7.579)	(9.473)
Aumento ou (redução) de caixa ou equivalentes a caixa						
Efeito da variação cambial sobre disponibilidades	-	-	-	1.604	(2.063)	672
Saldo inicial de caixa ou equivalentes a caixa	7.727	15.909	26.161	14.566	24.208	33.009
Saldo final de caixa ou equivalentes a caixa	4.274	7.727	15.909	7.608	14.566	24.208

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis



MUNDIAL S/A - PRODUTOS DE CONSUMO

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Em reais mil

	Reservas de reavaliação			Reservas de lucros para			Reserva	Ajustes de avaliação patrimonial	Resultados acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Total	
	Capital social	Própria	Controladas	Total	Orçamento de capital	Legal	Total					Especial
Em 01 de janeiro de 2009 Ajustado	28.794	89.779	25.311	115.090	3.686	406	4.092	-	725	-	725	148.701
Realização da reserva de reavaliação, líquida dos efeitos tributários	-	(4.729)	(654)	(5.383)	-	-	-	-	-	5.383	-	-
Estorno de reserva de reavaliação, líquida dos efeitos tributários	-	1.871	491	2.362	-	-	-	-	-	(2.362)	-	-
Ajuste tributários s/ reserva de reavalição	-	(680)	-	(680)	-	-	-	-	-	-	-	(680)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(25.242)	-	(25.242)
Varição cambial sobre investimentos	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.851)	-	(1.851)	(1.851)
Em 31 de dezembro de 2009	28.794	86.241	25.148	111.389	3.686	406	4.092	-	(1.126)	(22.221)	(1.126)	120.928
Realização da reserva de reavaliação, líquida dos efeitos tributários	-	(28.842)	(147)	(28.989)	-	-	-	-	-	28.989	-	-
Estorno de reserva de reavaliação, líquida dos efeitos tributários	-	(425)	-	(425)	-	-	-	-	-	-	-	(425)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	18.718	-	18.718
Varição cambial sobre investimentos	-	-	-	-	-	-	-	-	(397)	-	(397)	(397)
Ajustes de exercícios anteriores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(443)	-	(443)
Destinação do Resultado:	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Juros de capital próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(2.032)	-	(2.032)
Reserva legal	-	-	-	-	-	1.274	1.274	-	-	(1.274)	-	-
Reserva especial	-	-	-	-	-	-	-	3.201	-	(3.201)	-	-
Reserva de capital	-	-	-	-	18.536	-	18.536	-	-	(18.536)	-	-
Em 31 de dezembro de 2010	28.794	56.974	25.001	81.975	22.222	1.680	23.902	3.201	(1.523)	-	(1.523)	136.349

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis



MUNDIAL S/A - PRODUTOS DE CONSUMO
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO CONSOLIDADO
 Em reais mil

	Capital realizado atualizado	Reservas de lucros para				Reserva	Ajustes de avaliação patrimonial	Resultados acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Total	Participação dos Minoritários	Total
	Capital social	Reserva de Reavaliação	Orçamento de capital	Legal	Total	Especial						
Em 01 de janeiro de 2009	29.646	115.090	3.687	407	4.094	-	725	(3.031)	725	146.524	389	146.913
Aquisição de investimento em controlada	50	-	-	-	-	-	-	-	-	50	-	50
Reserva de capital pela aquisição de controlada	-	-	166	-	166	-	-	-	-	166	-	166
Realização da reserva de reavaliação, líquida dos efeitos tributários	-	(3.701)	-	-	-	-	-	-	-	(3.701)	-	(3.701)
Prejuízo líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	(58.128)	-	(58.128)	(159)	(58.287)
Varição cambial sobre investimentos	(5)	-	-	-	-	-	(1.793)	-	(1.793)	(1.798)	-	(1.798)
Em 31 de dezembro de 2009	29.691	111.389	3.853	407	4.260	-	(1.068)	(61.159)	(1.068)	83.113	230	83.343
Realização da reserva de reavaliação, líquida dos efeitos tributários	-	(29.414)	-	-	-	-	-	29.414	-	-	-	-
Varição cambial sobre investimentos	1	-	-	-	-	-	(455)	-	(455)	(454)	-	(454)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	11.014	-	11.014	105	11.119
Destinação do Resultado:	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Juros de capital próprio	-	-	-	-	-	-	-	(2.032)	-	(2.032)	-	(2.032)
Reserva legal	-	-	-	1.274	1.274	-	-	(1.274)	-	-	-	-
Reserva especial	-	-	-	-	-	3.201	-	(3.201)	-	-	-	-
Reserva de capital	-	-	18.536	-	18.536	-	-	(18.536)	-	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2010	29.692	81.975	22.389	1.681	24.070	3.201	(1.523)	(45.774)	(1.523)	91.641	335	91.976

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis

MUNDIAL S.A. – PRODUTOS DE CONSUMO

Notas explicativas às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2010 e 2009 (Em reais mil, exceto quando indicado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

a) Atividades desenvolvidas

As atividades da Companhia são divididas em:

Produtos de consumo: tem por objeto a fabricação e a comercialização de produtos de cutelaria, ferramentas e artigos similares, a importação e exportação destes produtos, inclusive matérias-primas e equipamentos.

Fashion: tem por objeto a industrialização e comercialização de pertences metálicos para indústrias de confecção, calçados de couro e plásticos, artigos metálicos de adorno, artigos e componentes metálicos e plásticos para a indústria, fundição de metais ferrosos e matrizes para estamparia e injeção plástica ou metálica.

Através de suas controladas a companhia ainda atua nos seguimentos:

Laboratório Avamiller Ltda. (Avamiller), com sede em Guarulhos – SP, que atua no segmento de esmaltes e outros itens de beleza pessoal,

Eberle Equipamentos e Processos S.A., com sede em Caxias do Sul – RS, atua na produção e comercialização de motores (Syllent).

Através das controladas diretas e indiretas, Mundial Inc. e Mundial Personal Care, ambas com sede nos Estados Unidos (EUA); Mundial Argentina, com sede na Argentina; Mundial Ásia, com sede em Hong Kong e Mundial Distribuidora de Produtos e Consumo, com sede no Rio de Janeiro constituída em dezembro de 2010, atua na comercialização e distribuição dos produtos de consumo e fashion, motores e demais itens de beleza pessoal.

b) Situação patrimonial e financeira

Em 31 de dezembro de 2010 a Companhia apresentou resultado operacional positivo antes e após o resultado financeiro e capital de giro negativo, conforme demonstrado:

	Controladora			Consolidado		
	31/12/10	31/12/09	01/01/09	31/12/10	31/12/09	01/01/09
Lucro operacional antes do resultado das participações em controladas e do resultado financeiro	8.389	23.202	28.119	15.438	21.712	29.882
Resultado operacional	37.292	1.655	8.864	31.675	9.730	8.673
Capital de giro	(102.574)	(79.839)	(49.729)	(114.888)	(91.767)	(33.381)

A companhia ainda possui importantes desafios a serem superados para a normal continuidade operacional, dentre estes, esta a discussão relacionada à liquidação de tributos federais e com as consequências que poderão advir, nos termos descritos na Nota 21, bem como as dificuldades na realização de contas a receber de empresas ligadas.

Desta forma a normal continuidade operacional da Companhia está fortemente ligada à superação dos aspectos acima descritos.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

2.1. Elaboração das Demonstrações Contábeis

As práticas contábeis adotadas pela Companhia para o registro das operações e elaboração das demonstrações contábeis estão de acordo com as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, inclusive as decorrentes da Lei nº 11.638/07 que alterou e revogou dispositivos existentes e introduziu novos dispositivos às Leis 6.404/76 (Lei das S.A.) e nº 11.941/09, incluindo os pronunciamentos técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Companhia adotou a mudança nas práticas contábeis adotadas no Brasil, atendendo a Deliberação CVM nº 610/09 que aprova o Pronunciamento Técnico CPC nº 43 – Adoção Inicial dos Pronunciamentos Técnicos CPC 15 a 40.

As demonstrações contábeis consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), IFRS 1 – Primeira Adoção ao IFRS, emitidos pelo International Accounting Standards Board (IASB).

2.2. Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC)

A Companhia adotou os novos pronunciamentos pela primeira vez em suas demonstrações contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010, sendo 1º de janeiro de 2009 considerado como data de transição para o IFRS. As informações acerca de sua adoção inicial estão demonstradas na nota explicativa 3.

De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC nº 26 - Apresentação das demonstrações contábeis, a Companhia está apresentando em seu conjunto de demonstrações contábeis consolidadas:

- i) Balanço patrimonial;
- ii) Demonstração do resultado;
- iii) Demonstração do resultado abrangente;
- iv) Demonstração das mutações do patrimônio líquido;
- v) Demonstração dos fluxos de caixa;
- vi) Demonstração do valor adicionado; e
- vii) Notas explicativas.

2.3. Base de preparação

As demonstrações contábeis foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor; ou valor justo, quando aplicável.

A elaboração das demonstrações contábeis requer a utilização de estimativas para o reconhecimento de certos ativos, passivos e outras transações. As demonstrações contábeis da Companhia incluem, portanto, estimativas que foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações contábeis. Itens significativos sujeitos às estimativas incluem: a provisão para créditos de liquidação duvidosa; provisão para realização de estoques; a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado; provisões necessárias para passivos contingenciais, projeções de resultados que suportam o registro de impostos e contribuições diferidos e de análise de realização de ativos e a mensuração do valor justo de instrumentos financeiros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente.

2.4. Moeda funcional e de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o Real (R\$), mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações contábeis. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são convertidos para a moeda funcional (Real) usando-se a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos verificados entre a taxa de câmbio vigente na data da transação e os encerramentos dos exercícios são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado.

2.5. Base de consolidação

Controladas são empresas nas quais a Companhia, direta ou indiretamente, detêm mais da metade do capital com direito a voto ou outro tipo de controle (direto ou indireto) sobre as operações que lhe permitam auferir benefícios das atividades dessas empresas. Na determinação do controle são considerados os direitos a voto, passíveis de serem exercidos.

As demonstrações contábeis das controladas são incluídas nas demonstrações consolidadas a partir da data em que tem início o controle até a data em que este deixa de existir.

As demonstrações contábeis das controladas da Companhia são elaboradas para o mesmo exercício de divulgação da controladora, empregando práticas contábeis uniformes.

Todas as operações entre as empresas do grupo, saldos, ganhos e perdas não realizados com transações entre empresas do grupo foram eliminados.

2.6. Autorização da conclusão das demonstrações contábeis

Em Reunião de Diretoria realizada em 30 de março de 2011, foi autorizada a conclusão das demonstrações contábeis, que depois de concluídas, serão submetidas à apreciação do Conselho de Administração.

3. TRANSIÇÃO PARA O IFRS

As demonstrações contábeis da Companhia, individuais e consolidadas, até 31 de dezembro de 2009 eram apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, normas complementares da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), pronunciamentos técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis emitidos até 31 de dezembro de 2008 e disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações (BRGAAP).

a. Aplicação do CPC 37

A Companhia efetuou os ajustes da adoção dos novos pronunciamentos técnicos para a adequação ao padrão internacional para os saldos em 31 de dezembro de 2010, realizando os respectivos ajustes retroativos sobre o saldo de abertura em 1º de janeiro de 2009, para a apresentação dos saldos de 31 de dezembro de 2009 e 31 de dezembro de 2010 em padrão comparativo, conforme requerido pelo Pronunciamento Técnico CPC 26.

Assim, as demonstrações contábeis consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010 e comparativas com 31 de dezembro de 2009, são as primeiras demonstrações apresentadas de acordo com o IFRS, conforme descrito na nota explicativa 2.

A Companhia preparou o seu balanço de abertura com a data de transição 1º de janeiro de 2009 de acordo com o CPC 37, aplicando as exceções obrigatórias e certas isenções opcionais de aplicação retrospectiva completa do IFRS. As diferenças entre os saldos apurados segundo as práticas internacionais (IFRS) em relação aos saldos apurados segundo as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), estão explicadas no item 3(c) e seus efeitos apresentados no item 3(e).

b. Isenções e exceções à aplicação retrospectiva completa

Conforme definido pelo Pronunciamento Técnico CPC 37, são estabelecidas duas categorias de exceções ao princípio que o balanço patrimonial de abertura deve estar de acordo com todas as IFRS: as isenções e as exceções à aplicação retrospectiva das normas, conforme abaixo.

b.1. Isenções à aplicação retrospectiva completa

A Companhia adotou a utilização da seguinte isenção opcional de aplicação retrospectiva completa dos IFRS:

Isenção para adoção do valor justo do imobilizado como custo de aquisição: a Companhia optou por não re-mensurar seus ativos imobilizados na data de transição pelo valor justo, optando por manter o custo histórico adotado no BRGAAP como valor de imobilizado. Na avaliação dos requisitos do CPC 27 – Ativo Imobilizado e da ICPC 10, a Administração levou em consideração os seguintes aspectos: (i) a manutenção dos saldos de reavaliação existentes, que passaram a compor o valor de custo dos respectivos bens; (ii) reposição de partes significativas do ativo imobilizado em suas unidades industriais, reconhecendo tais valores como ativo individual, com vida útil e taxas de depreciação específica.

Desta forma, o valor atual de custo é substancialmente representativo do seu valor justo e, portanto, definido como custo atribuído do ativo imobilizado.

b.2. Exceções à aplicação retrospectiva completa

As proibições de aplicações retrospectivas previstas no Pronunciamento Técnico CPC 37 não se aplicam à Companhia, uma vez que não há diferenças significativas com relação às práticas contábeis adotadas no Brasil nessas áreas, ou as mesmas não se aplicavam aos negócios da Companhia, conforme a seguir:

- Contabilização de ativos e passivos financeiros;
- Contabilização de “hedge”;
- Contabilização de participação de não controladores; e
- Exceção das estimativas

c. Ajustes aos CPC na data de transição

Descrição das principais diferenças entre IFRS e BRGAAP que afetaram as demonstrações contábeis da Companhia:

c.1. Revisão de vidas úteis em controlada do exterior

O Pronunciamento Técnico CPC 27 e ICPC 10 determina a obrigatoriedade da avaliação das vidas úteis estimadas e valor residual dos itens registrados no ativo permanente, a fim de que sejam ajustados os critérios utilizados para a determinação da vida útil estimada e o cálculo da depreciação e amortização. Essa revisão e respectivos ajustes foram efetuados pela Companhia no exercício de 2009, sendo que sua controlada do exterior, Mundial Argentina, efetuou a referida revisão somente em 2010.

Os efeitos da aplicação do Pronunciamento Técnico CPC 27 na controlada Mundial Argentina foi de R\$ 444 em 31.12.2010, como redução das despesas comparadas com o exercício anterior.

c.2. Ativos não circulantes mantidos para venda:

De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 31 - Ativo Não Circulante Mantido para Venda e Operação Descontinuada, um ativo não circulante deve ser classificado em conta específica de ativo mantido para venda se o seu valor contábil irá ser recuperado, principalmente, por meio de transação de venda. Assim, considerando que a Companhia é detentora de prédios e terrenos, localizados em Caxias do Sul e em Porto Alegre e para os quais a Companhia mantém negociação para venda, esses bens foram reclassificados para uma conta de ativo não

circulante, denominada “ativos mantidos para venda”, no montante de R\$ 19.545 na controladora e R\$ 58.463 no consolidado.

c.3. Instrumentos financeiros - apresentação:

Anteriormente as normas contábeis brasileiras permitiam que títulos descontados fossem apresentados como redutores das respectivas contas a receber no ativo circulante. De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 39, considerando a primazia da essência sobre a forma, os títulos de clientes descontados pela Companhia foram reclassificados para o passivo circulante, considerando que os riscos de crédito da transação permanecem essencialmente com a Companhia.

Da mesma forma, por determinação da CVM, os depósitos judiciais eram apresentados como redutores dos respectivos tributos a pagar no passivo não circulante. Conforme o CPC 39, um ativo financeiro e um passivo financeiro devem ser compensados, e o montante líquido apresentado nas demonstrações contábeis, quando, e somente quando, a entidade dispõe de um direito legalmente executável para liquidar pelo montante líquido. Assim, parte dos depósitos judiciais anteriormente apresentados em conta redutora de passivos contingenciais, foram reclassificados e estão apresentados no ativo não circulante, por não atenderem à condição de compensação.

d. Descrição de outras adaptações aos CPCs:

d.1. Demonstração do resultado iniciando pela receita líquida operacional:

Conforme requerido pelo Pronunciamento Técnico CPC 26, a Companhia apresentou a demonstração do resultado, iniciando pela receita líquida operacional. Até o exercício findo em 31 de dezembro de 2009, a demonstração do resultado era apresentada iniciando-se pela receita operacional bruta.

d.2. Divulgação de informações por segmento:

De acordo com o IFRS, as informações por segmento de negócios são requeridas para as companhias de capital aberto. O Pronunciamento Técnico CPC 22 define que os segmentos operacionais sejam identificados com base em informações financeiras individualizadas sobre os resultados da Companhia que são regularmente revisados pelo principal gestor das operações, objetivando a alocação dos recursos para o segmento e para a avaliação de seu desempenho. A Companhia está apresentando na nota explicativa 33, a totalidade de suas operações nos segmentos: Produtos de Consumo e Fashion.

d.3. Lucro por ação:

De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 41, as demonstrações contábeis consolidadas de grupo econômico devem divulgar o lucro por ação básico e diluído na posição de resultados. (nota explicativa 25).

4. EFEITOS DOS AJUSTES DE IFRS NAS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Conforme requerido pela Deliberação CVM nº 656, de 25 de janeiro de 2011, a Companhia deve apresentar os impactos nos saldos de ativo circulante e não circulante, passivo circulante e não circulante, patrimônio líquido e lucro líquido do exercício nas informações trimestrais em março, junho e setembro de 2010, as quais serão reapresentadas até a data da entrega das informações trimestrais do trimestre a findar-se em 31 de março de 2011.

Exercício de 2010	30 setembro de 2010		30 junho de 2010		31 março de 2010	
	Original	A reapresentar	Original	A reapresentar	Original	A reapresentar
Ativo circulante	145.020	152.788	130.199	140.306	113.075	118.389
Ativo não circulante	713.035	710.951	712.169	710.164	712.414	710.376
Passivo circulante	236.747	244.515	218.394	228.501	202.398	207.712
passivo não circulante	466.961	464.877	505.669	503.664	504.837	502.799
Patrimonio Líquido	154.347	154.347	118.305	118.305	118.254	118.254
Lucro(prejuízo líquido do período	34.109	34.109	(2.545)	(2.545)	(2.756)	(2.756)

5. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis aplicadas na elaboração das demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, estão definidas a seguir e vem sendo aplicadas de modo consistente em todos os períodos apresentados, salvo disposto em contrário.

a. Caixa e equivalentes de caixa

Incluem caixa, saldos positivos em conta movimento e aplicações financeiras resgatáveis no prazo de até três meses ou menos da data da contratação, equivalentes ao seu valor de mercado ou não superiores a seu valor de realização e com risco insignificante de variação de valor. Esses investimentos são registrados ao custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço, que não supera o valor de mercado, sendo o ganho ou a perda registrado no resultado do exercício.

b. Instrumentos financeiros não derivativos

A Companhia registra e apresenta seus instrumentos financeiros de acordo com os CPCs 38, 39 e 40 - Instrumentos financeiros, reconhecimento, mensuração e apresentação.

Incluem caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber e outros recebíveis, empréstimos e financiamentos, assim como contas a pagar e outras dívidas e estão classificados nas categorias de: disponíveis para venda, mantidos até o vencimento e empréstimos e recebíveis.

O reconhecimento inicial ocorre a partir do momento em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos.

São inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis a sua aquisição, exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria ao valor justo por meio do resultado, onde tais custos são diretamente lançados no resultado do exercício. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros. Outros instrumentos financeiros não-derivativos são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de taxa de juros efetiva, reduzidos por eventuais reduções no valor recuperável.

c. Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia reconhece os instrumentos financeiros derivativos pelo valor justo na data do contrato e são, subsequentemente, re-mensurados ao seu valor justo e suas variações reconhecidas no resultado.

d. Contas a Receber de Clientes

Referem-se a valores a receber de clientes registrados pelo valor faturado, incluídos os respectivos impostos e reduzidos, mediante provisão, aos seus valores prováveis de realização. As contas a receber de clientes no mercado externo estão atualizadas com base nas taxas de câmbio vigente na data das demonstrações contábeis. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída com base na análise das duplicatas e valores a receber de clientes em montante julgado suficiente para cobrir prováveis perdas na realização, segundo critérios definidos pela Administração, e representados basicamente pela análise individualizada das contas a receber em atraso. Para situações em que são identificados riscos de realização, são provisionados os montantes integrais dos débitos.

e. Estoques

Estão apresentados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. O custo é determinado usando o custo médio histórico de compra ou de produção, que não excede o valor de mercado ou o custo de reposição. As importações em andamento são demonstradas ao custo acumulado de cada importação. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração.

f. Ativos não circulantes mantidos para venda

Os ativos não circulantes são classificados como mantidos para venda quando seu valor contábil for recuperável através de uma venda e quando esta venda for praticamente certa. São avaliados pelo menor valor entre o valor contábil e o valor justo, menos os custos de venda.

g. Investimentos

Os investimentos em controladas e coligadas estão avaliados pelo método da equivalência patrimonial em contrapartida em conta de resultado operacional, exceto quanto às variações cambiais sobre investimentos no exterior, registrados na rubrica "Outros resultados abrangentes", no patrimônio líquido para serem reconhecidas no resultado quando da baixa ou venda do investimento. Os demais investimentos são registrados pelo valor de custo de aquisição e ajustados ao valor de mercado, quando aplicável.

h. Imobilizado

Os bens de ativo imobilizado estão avaliados ao custo histórico ou de aquisição e/ou construção, acrescido de juros capitalizados durante o período de construção, quando aplicável, para os casos de ativos qualificáveis e apresentados líquidos de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, quando o saldo residual exceder o seu valor recuperável. O referido custo inclui o custo de reposição de parte do imobilizado. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração do resultado, quando incorridos.

A depreciação de bens do imobilizado, é calculada pelo método linear às taxas anuais mencionadas na nota explicativa 16, que levam em consideração a vida útil-econômica desses bens.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventuais ganhos ou perdas resultantes da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

i. Intangível

O ativo intangível é avaliado ao custo de aquisição ou formação, representado por direitos de uso de softwares, os quais são amortizados de acordo com o tempo de vida útil estimada, às alíquotas descritas na nota explicativa 17; e marcas e patentes, os quais são registrados ao custo histórico.

j. Provisão para redução ao valor recuperável de ativos (impairment)

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, a Companhia constitui provisão para deterioração, para ajuste do valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

k. Empréstimos e financiamentos

Estão demonstrados pelos valores de contratação, acrescidos dos encargos pactuados, que incluem juros e variação cambial incorridos, até a data base das demonstrações contábeis, que são equivalentes ao seu reconhecimento inicial pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos e mensuração subsequente ao custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva.

l. Provisões

De acordo com o CPC 25 (IAS 37) – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes – as provisões são reconhecidas quando a Companhia possui uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados ou expectativa de eventos futuros, sendo provável que haja saída de recursos para liquidar determinada obrigação, mensurada com base numa estimativa confiável. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso. Se o efeito temporal do montante for significativo, provisões são descontadas utilizando uma taxa de desconto, que reflita, quando for o caso, os riscos específicos inerentes à obrigação.

Dentre as provisões efetuadas pela Companhia, se encontram as provisões para riscos cíveis, fiscais, tributários e trabalhistas, os quais são provisionados mediante avaliação de perda provável dos processos judiciais, de acordo com a opinião dos assessores jurídicos e da Administração da Companhia. Essa avaliação é feita considerando a natureza dos processos em questão, similaridades com causas julgadas anteriormente e andamento do julgamento das causas.

Os processos considerados com risco de perda possível são apenas objeto de divulgação, e os processos considerados com risco de perda remota não são divulgados ou provisionados. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações circunstanciais, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

m. Impostos

m.1. Imposto de Renda e Contribuição Social correntes

O Imposto de Renda é calculado e registrado sobre lucro tributável, apurado com base no resultado anual relativo a cada exercício, ajustado na forma legal, à alíquota de 15% acrescido de adicional de 10% sobre a parcela do

lucro anual excedente a R\$ 240. A Contribuição Social Sobre o Lucro está calculada à alíquota de 9% sobre o lucro contábil ajustado, também considerando a compensação de bases negativas.

m.2. Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos

De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 32 – Tributos sobre o Lucro, o imposto diferido é reconhecido utilizando o método do balanço patrimonial. Isto significa que as inclusões ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente geram créditos ou débitos tributários diferidos. Os valores relativos aos impactos diferidos ativos e passivos são registrados e divulgados no ativo e passivo não circulante (nota 18).

Imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos em sua totalidade, conforme o conceito descrito no Pronunciamento Técnico CPC 32 . Entretanto, o imposto de renda e a contribuição social diferidos não são reconhecidos se forem gerados no registro inicial de ativos e passivos em operações que não afetam as bases tributárias, exceto em operações de combinação de negócios. Imposto de renda e contribuição social diferidos são determinados considerando as alíquotas (e leis) vigentes na data de preparação das demonstrações contábeis e aplicáveis quando o respectivo imposto de renda e contribuição social forem realizados. Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que seja provável que existirá base tributável positiva para a qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas e prejuízos fiscais possam ser compensados.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos, exigíveis sobre a reserva de reavaliação, são registrados no passivo não circulante.

m.3. Impostos Recuperáveis

Os custos dos produtos vendidos são apresentados líquidos dos impostos recuperáveis, em função da sistemática da não-cumulatividade.

m.4. Impostos sobre vendas

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas, exceto:

- Quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não for recuperável junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso; e
- Quando os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas.
- O valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.
- As receitas de vendas estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas:

	Alíquotas
ICMS (Estado do Rio Grande do Sul)	17%
ICMS (Estado de São Paulo)	18%
ICMS (Estado do Rio de Janeiro)	19%
IPI	8 a 12%
PIS	1,65%
COFINS	7,60%

Nas demonstrações de resultado as receitas são demonstradas pelos valores líquidos dos correspondentes impostos.

n. Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Ativos contingentes são

reconhecidos somente quando é praticamente certa sua realização ou com base em decisões judiciais favoráveis transitadas em julgado.

Os ativos são apresentados pelo valor de custo ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos, variações monetárias e cambiais auferidos.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que recursos econômicos sejam requeridos para liquidá-lo.

Os passivos são atualizados, quando pertinente, pelas taxas de câmbio, variações monetárias incorridas e encargos financeiros, nos termos dos contratos vigentes, de modo que reflitam os valores incorridos até a data do balanço.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação seja provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes. Os itens de ativo e passivo não circulante estão ajustados a valor presente, quando aplicável.

o. Benefícios a empregados e plano de previdência privada

A Companhia efetua a concessão de outros benefícios que envolvem seguro de vida e assistência médica, os quais respeitam o regime de competência em sua contabilização, sendo cessados após término do vínculo empregatício com a Companhia.

p. Apuração do resultado e reconhecimento de receita

O resultado é apurado em conformidade com o regime de competência dos exercícios. As despesas são reconhecidas à medida que são efetivamente incorridas.

As receitas financeiras são reconhecidas conforme o prazo transcorrido, com base no método da taxa efetiva de juros.

A receita de vendas é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos forem gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas.

A receita de venda e o custo dos produtos são reconhecidos no resultado quando os riscos e benefícios significativos da propriedade dos produtos forem transferidos ao comprador, o que geralmente ocorre na sua entrega. A receita e o custo decorrente de serviços prestados, quando aplicável, são reconhecidos no resultado em função de sua efetiva prestação.

q. Arrendamentos

Os arrendamentos de bens de ativo imobilizado, sobre os quais a Companhia detém, substancialmente, os riscos e benefícios da propriedade, são classificados como arrendamentos financeiros. Estes são capitalizados no início do arrendamento pelo menor valor entre o valor justo do bem arrendado e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento. Os juros das despesas financeiras do arrendamento são reconhecidos no resultado durante o período de arrendamento. O imobilizado adquirido por meio de arrendamento financeiro é depreciado durante sua vida útil.

r. Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio

A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações contábeis ao final do exercício, com base no estatuto da Companhia. Qualquer valor acima dos dividendos mínimos obrigatórios somente são provisionados na data em que são aprovados pelos acionistas em Assembléia. O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido na demonstração do resultado.

s. Demonstrações dos fluxos de caixa e do valor adicionado

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas e estão apresentadas de acordo com o pronunciamento contábil CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). As demonstrações do valor adicionado foram preparadas e estão apresentadas de acordo com o pronunciamento contábil CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado, também emitido pelo CPC.

6. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

As demonstrações contábeis consolidadas foram elaboradas segundo os princípios básicos de consolidação estabelecidos pelo Pronunciamento Técnico CPC nº 36 – Demonstrações Consolidadas e as normas estabelecidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

As principais práticas adotadas na consolidação são:

- a) Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos mantidos entre as empresas consolidadas;
- b) Eliminação dos investimentos proporcionalmente às participações da controladora nos patrimônios líquidos das controladas;
- c) Eliminação dos saldos de receitas e despesas decorrentes de negócios entre as empresas consolidadas;
- d) Eliminação de lucros não realizados decorrentes de transações entre as empresas consolidadas, quando relevantes; e
- e) Destaque nos balanços patrimoniais e nas demonstrações de resultado da parcela correspondente à participação dos acionistas não controladores.

O exercício social das empresas incluídas na consolidação é coincidente com o da controladora e as receitas e despesas das controladas são incluídas nas demonstrações contábeis consolidadas a partir da data de aquisição.

As demonstrações contábeis consolidadas compreendem os saldos e transações da Companhia e das seguintes controladas diretas e indiretas:

	% de participação	
	Direta	Indireta
Eberle Equipamentos e Processos S.A.	100,00	
Mundial Inc. (c)	100,00	
Mundial Personal Care (a) (d)	100,00	
Eberle Agropastoril S.A.	100,00	
Monte Magré S.A.	100,00	
Companhia Florestal Zivi-Hercules	99,74	
Mundial Europa (a)	90,00	
Mundial Distribuidora de Produtos de Consumo Ltda (d)	99,00	1,00
Laboratório Avamiller Ltda. (b)	99,00	1,00
Mundial Argentina S.A.(a)	96,91	3,09
Mundial Asia (a)		100,00
Mundial Co (c)		70%
Eberle Bellini S.A.		99,88

(*) Refere-se à participação detida pela controlada direta.

- (a) Empresas controladas no exterior
- (b) Investimento adquirido em 31 de maio de 2009.
- (c) Investimento adquirido em 04 de agosto de 2009.
- (d) Investimentos realizados em 2010

As demonstrações contábeis da controlada no exterior são elaboradas originalmente em moeda local e convertidas para Reais pela taxa cambial correspondente à data de encerramento do balanço. Os ganhos e perdas decorrentes das movimentações do patrimônio líquido e reconhecimento do resultado pela taxa cambial média são reconhecidos diretamente no patrimônio líquido da controladora na conta de Ajustes Acumulados de

Conversão nos termos definidos pelo CPC 02 (IAS 21) – Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis.

Conciliação entre os valores apresentados pela controladora e pelo consolidado é a seguinte:

	Patrimônio Líquido			Resultado do Exercício		
	31/12/10	31/12/09	01/01/09	31/12/10	31/12/09	01/01/09
Patrimônio líquido inicial	136.349	120.928	148.701	16.687	(25.242)	7.511
Patrimônio líquido controladas						
Avamiller	(41.851)	(35.767)	-	-	-	-
Personal Care	(455)	-	-	-	-	-
Mundial Europa	(500)	-	-	-	-	-
Cia Florestal	(1.217)	-	-	-	-	-
Resultado negativo	-	-	-	-	-	-
Avamiller	-	-	-	(4.929)	8.954	-
Personal Care	-	-	-	(456)	-	-
Mundial Europa	-	-	-	(45)	-	-
Lucro não realizado nos estoques	(685)	(368)	(422)	(392)	(293)	(73)
Estorno provisão p/ perda investimento negativos (a)	-	(1.680)	(1.755)	-	(46)	(59)
Patrimônio líquido	91.641	83.113	146.524	10.865	(16.627)	7.379
Participação dos minoritários	335	230	389			
Consolidado	91.976	83.343	146.913	10.865	(16.627)	7.379

7. CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA

As aplicações financeiras reconhecidas no circulante e não circulante estão registradas aos valores de custo acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço, não excedendo aos seus respectivos valores de mercado. Estão demonstradas como segue:

	Controladora			Consolidado		
	31/12/10	31/12/09	01/01/09	31/12/10	31/12/09	01/01/09
Bancos	818	759	4.297	2.543	7.557	12.596
Aplicações financeiras	4.066	7.429	12.185	5.734	7.470	12.185
	4.884	8.188	16.482	8.277	15.027	24.781
Ativo circulante	4.274	7.727	15.909	7.608	14.566	24.208
Ativo não circulante	610	461	573	669	461	573
	4.884	8.188	16.482	8.277	15.027	24.781

As aplicações são representadas por Certificados de Depósito Bancário (CDBs), remunerados a taxas que variam de 100% a 102 % do CDI, classificadas pela Companhia na modalidade mantidas para venda.

As aplicações financeiras descritas acima estão atreladas aos empréstimos financeiros mencionados na nota 19.

8. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	Controladora			Consolidado		
	31/12/10	31/12/09	01/01/09	31/12/10	31/12/09	01/01/09
Duplicatas a receber	90.439	72.809	74.638	116.301	85.801	81.247
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(2.935)	(2.583)	(2.737)	(3.540)	(3.340)	(3.540)
	87.504	70.226	71.901	112.761	82.461	77.707

A movimentação da provisão para crédito de liquidação duvidosa

	Controladora	Consolidado
Saldo em 01/01/09	2.737	3.540
(+) Complemento PCLD	80	342
(-) Baixas ocorridas perdas	(234)	(542)
Saldo em 31/12/09	2.583	3.340
(+) Complemento PCLD	352	570
(-) Baixas ocorridas perdas	-	(370)
Saldo em 31/12/10	2.935	3.540

O saldo de contas a receber de clientes , por idade de vencimento:

	Controladora			Consolidado		
	31/12/10	31/12/09	01/01/09	31/12/10	31/12/09	01/01/09
Valores não vencidos	79.744	59.003	64.523	103.895	71.095	70.969
Vencidos até 30 dias	1.317	7.013	2.965	1.729	7.297	3.032
Vencidos entre 31 e 90 dias	1.272	366	1.894	1.611	437	1.944
Vencidos entre 91 e 180 dias	739	296	187	1.020	382	218
Vencidos há mais de 181 dias	7.367	6.131	5.069	8.046	6.590	5.084
	90.439	72.809	74.638	116.301	85.801	81.247

9. ESTOQUES

	Controladora			Consolidado		
	31/12/10	31/12/09	01/01/09	31/12/10	31/12/09	01/01/09
Mercadorias	3.071	3.650	3.944	14.577	5.018	3.980
Matérias-primas	10.665	8.186	9.114	11.959	9.339	9.482
Produtos em elaboração	5.274	5.208	5.359	5.560	5.520	5.386
Produtos acabados	5.509	3.760	3.685	6.767	13.666	9.144
	24.519	20.804	22.102	38.863	33.543	27.992

10. TRIBUTOS A RECUPERAR

	Controladora			Consolidado		
	31/12/10	31/12/09	01/01/09	31/12/10	31/12/09	01/01/09
ICMS a compensar sobre aquisições de ativos	614	1.070	2.526	631	1.188	2.526
Créditos acumulados de ICMS	22	-	-	5.647	-	144
Créditos acumulados de IPI	108	-	-	581	-	-
Imposto de renda	167	625	-	211	625	-
Outros	-	-	13.712	1.961	5.458	17.096
	911	1.695	16.238	9.031	7.271	19.766
Ativo circulante	531	892	985	1.516	937	1.047
Ativo não circulante	380	803	15.253	7.515	6.334	18.719
	911	1.695	16.238	9.031	7.271	19.766

11. TÍTULOS A RECEBER

	Controladora			Consolidado		
	31/12/10	31/12/09	01/01/09	31/12/10	31/12/09	01/01/09
Títulos a receber por venda de imobilizado	67.659	68.403	64.162	67.659	68.403	64.162
Outros títulos a receber	1.424	854	1.270	1.424	854	1.270
	69.083	69.257	65.432	69.083	69.257	65.432
Ativo circulante	13.490	8.150	21.127	13.490	8.150	21.127
Ativo não circulante	55.593	61.107	44.305	55.593	61.107	44.305
	69.083	69.257	65.432	69.083	69.257	65.432

O valor relativo a títulos a receber, no montante de R\$ 67.659 em 31 de dezembro de 2010, corresponde à venda em 30 de setembro de 2004 da unidade de motores elétricos à Metalcorte, hoje, Voges. O saldo é atualizado pela taxa SELIC, acrescido de Spread de 0,6% ao mês, com previsão de recebimento total até 2014.

12. PARTES RELACIONADAS

a) Ativo e passivo circulante e transações

Controladora	Contas a receber por vendas	Ativo por mútuo e conta corrente	Passivo por mútuo e conta corrente	Compra de produtos e serviços	Venda de produtos e serviços	Receitas financeiras
Hercules S.A - Fábrica de Talheres	-	272.469	-	-	-	30.293
Eberle Equipamentos	-	327	-	-	-	198
Mundial Argentina	4.553	1.618	-	-	4.460	-
Mundial Inc.	1.867	-	62	-	3.265	-
Avamiller	-	3.464	-	-	-	136
Monte Magré S.A.	-	-	409	-	-	-
Mundial Europa	42	19	-	-	-	-
Eberle Agropastoril S.A.	-	-	2.320	-	-	-
Cia. Florestal Zivi e Hercules	-	1.221	-	-	-	-
Mundial Distribuidora de Produtos de Consumo	-	-	1.492	-	-	-
Mundial Personal Care	131	487	-	-	132	-
Eberle Bellini	-	-	5.866	-	-	-
Mundial Co	30	-	-	-	116	-
Saldo em 31/12/10	6.623	279.605	10.149	-	7.973	30.627
Hercules S.A - Fábrica de Talheres	-	243.410	-	-	-	23.043
Eberle Equipamentos	3	1.259	-	-	13	231
Mundial Argentina	3.736	1.683	-	-	6.154	-
Mundial Inc.	-	-	65	-	2.298	-
Avamiller	-	5.155	-	-	-	-
Monte Magré S.A.	-	-	509	-	-	-
Mundial Europa	37	20	-	-	-	-
Eberle Agropastoril S.A.	-	-	2.329	-	-	-
Cia. Florestal Zivi e Hercules	-	1.221	-	-	-	-
Eberle Bellini	-	-	5.928	-	78	-
Saldo em 31/12/09	3.776	252.748	8.831	-	8.543	23.274
Hercules S.A - Fábrica de Talheres	-	223.858	-	-	-	25.364
Eberle Equipamentos	4	6.656	-	2	-	746
Mundial Argentina	3.523	2.250	-	-	5.375	-
Monte Magré S.A.	-	258	-	-	-	-
Mundial Europa	49	27	-	-	-	-
Eberle Agropastoril S.A.	-	-	2.335	-	-	-
Cia. Florestal Zivi e Hercules	-	1.221	-	-	-	-
Eberle Bellini	-	-	6.009	-	-	-
Saldo em 01/01/09	3.576	234.270	8.344	2	5.375	26.110
Consolidado	Saldo ativo por mútuo e conta corrente	Receitas financeiras				
Hercules S.A - Fábrica de Talheres	272.469	30.293				
Outras Empresas	2.967	-				
Saldo em 31/12/10	275.436	30.293				
Hercules S.A - Fábrica de Talheres	243.410	23.043				
Outras Empresas	2.967	-				
Saldo em 31/12/09	246.377	23.043				
Hercules S.A - Fábrica de Talheres	223.858	25.364				
Outras Empresas	2.966	-				
Saldo em 01/01/09	226.824	25.364				

O saldo de R\$ 272.469 em 31 de dezembro de 2010 com a coligada Hercules S.A. teve origem na operação de compra em 1988 das unidades de talheres, baixelas e cutelaria (Fabricas 2 e 8) da então controlada Eberle S.A, hoje, sucedida pela Mundial S.A. A empresa Hercules S/A efetuou pagamentos em 2010 no montante de R\$ 1.300, com perspectiva de crescimento considerável no próximo exercício face ao crescimento expressivo das vendas de produtos licenciados.

As demais transações com as empresas controladas referem-se a transferências de numerários, efetuados com a finalidade de financiamento das operações das controladas.

13. CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS

Refere-se a créditos tributários adquiridos de terceiros, os quais são objeto de ação judicial para sua respectiva validação.

O processo está em fase de liquidação de sentença, com decisão proferida reconhecendo a existência do crédito em questão. Neste momento foi designada perícia para prosseguir com a apuração do valor do crédito. Os assessores jurídicos da Companhia entendem que o êxito no referido processo é provável, e desta forma, a mesma poderá vir a utilizar o crédito. A Administração da Companhia, no entanto, fez uma análise ampla tanto da expectativa de realização quanto do tempo em que este assunto está pendente de solução e decidiu pela aplicação de uma provisão para Impairment de 50% em 2010.

A Companhia não determinou o efetivo valor de realização do imóvel dado em garantia, por entender que o valor relativo aos créditos tributários será realizado.

14. CRÉDITO JUDICIAL COM TERCEIROS

A Mundial S.A. (anteriormente denominada Eberle S.A.) e Zivi S.A. (posteriormente incorporada pela Mundial S.A.) eram controladoras diretas nas empresas Edlo S.A. - Produtos Médicos e Expresso Javali Ltda..

Durante os anos de 1991 e 1992, os controladores indiretos da Eberle e Zivi, denominados Backhaus Administração e Participação Ltda. e Elece Administração e Participações Ltda., promoveram alterações societárias em holdings intermediárias que detinham participação indireta nas duas primeiras empresas e que culminaram com a alienação dos investimentos na Edlo e Javali para a Backhaus, resultando em um valor a receber hoje em aberto na Mundial S.A., no total de R\$ 18.833.

No sentido de reverter ditas alterações societárias, um dos cotistas da Elece ajuizou ação, que foi julgada procedente. Face ao transitu em julgado favorável à Companhia, a administração está ultimando os termos de um contrato de compensação através do qual a Companhia será ressarcida pelos ativos indevidamente transferidos à Backhaus Administração e Participação Ltda.

15. PARTICIPAÇÕES EM CONTROLADAS

Movimentação dos investimentos	Eberle Equipamentos	Avamiller	Mundial Distribuidora	Mundial Argentina	Mundial Inc.	Monte Magré S.A.	Mundial Europa	Eberle Agropastoril S.A.	Cia. Florestal Z/H S.A.	Mundial Personal Care	Total
Capital Social	7.337	50	100	7.402	333	5.293	17	1.270	833	1	
Patrimônio Líquido (Passivo a descoberto)	17.673	(41.852)	144	1.598	2.084	35.703	(500)	3.431	(1.220)	(456)	
% de Participação	100,00%	99,00%	99,00%	96,91%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	99,74%	100,00%	
Lucro Líquido (prejuízo)	(1.327)	(4.929)	99	(152)	13	(52)	(45)	(9)	-	(456)	
Ações ou quotas possuídas (milhares)	5.991	99	100	1.744	200	4.361	450	1.042	310	100	
Saldo em 01/01/09	19.531	-	-	4.410	-	35.824	-	3.463	-	-	63.228
Aquisição de investimento	-	-	-	-	2.088	-	-	-	-	-	2.088
Ágio na aquisição de investimento	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Variação Cambial de controladas	(346)	-	-	(1.482)	(99)	-	-	-	-	-	(1.927)
Resultado da equivalência patrimonial	(133)	-	-	(529)	175	(69)	-	(23)	-	-	(579)
Saldo em 31/12/09	19.052	-	-	2.399	2.164	35.755	-	3.440	-	-	62.810
Aquisição de investimento	-	-	45	-	-	-	-	-	-	-	45
Variação Cambial de controladas	(37)	-	-	(267)	(93)	-	-	-	-	-	(397)
Ajuste de exercício anterior	(15)	-	-	(436)	-	-	-	-	-	-	(451)
Resultado da equivalência patrimonial	(1.327)	-	99	(147)	13	(52)	-	(9)	-	-	(1.423)
Saldo em 31/12/10	17.673	-	144	1.549	2.084	35.703	-	3.431	-	-	60.584

Laboratório Avamiller Ltda. (Avamiller), com sede em Guarulhos – SP, que atua no segmento de esmaltes e outros itens de beleza pessoal.

Eberle Equipamentos e Processos S.A., com sede em Caxias do Sul – RS, atua na produção e comercialização de motores (Syllent).

Controladas diretas e indiretas Mundial Inc. e Mundial Personal Care, ambas com sede nos Estados Unidos (EUA); Mundial Argentina, com sede na Argentina; Mundial Ásia, com sede em Hong Kong e Mundial Distribuidora de Produtos e Consumo, com sede no Rio de Janeiro e constituída em dezembro de 2010, atua na comercialização e distribuição dos produtos de consumo e fashion, motores e demais itens de beleza pessoal.

As controladas Monte Magre e Eberle Agropastoril Cia Florestal com sede em Caxias do Sul e Mundial Europa com sede na França, não apresentaram operações durante o ano de 2010.

16. IMOBILIZADO

Composição do Imobilizado:

Controladora				31/01/10	31/01/09	01/01/09
	Taxa média a.a	Custo Corrigido	Depreciação Acumulada	Valor Residual	Valor Residual	Valor Residual
Terrenos	-	41.926	-	41.926	61.584	61.584
Prédios	2%	47.884	(9.267)	38.707	55.368	56.347
Instalações	4%	18.342	(7.156)	11.186	12.578	12.342
Máquinas e Equipamentos	6%	154.436	(89.707)	64.729	71.251	72.804
Ferramentas	8%	32.601	(24.698)	7.903	9.270	10.391
Computadores e Periféricos	15%	6.371	(5.504)	867	867	962
Imobilizado Andamento	-	12.344	-	12.344	12.548	13.557
Outros Ativos	10%	9.546	(8.353)	1.193	1.546	2.542
		323.450	(144.685)	178.855	225.012	230.529

Consolidado				31/01/10	31/01/09	01/01/09
	Taxa média a.a	Custo Corrigido	Depreciação Acumulada	Valor Residual	Valor Residual	Valor Residual
Terrenos	-	44.280	-	44.280	63.326	63.183
Prédios	2%	52.073	(9.977)	42.096	59.256	58.393
Instalações	4%	19.762	(7.762)	12.000	12.866	12.839
Máquinas e Equipamentos	6%	161.495	(90.854)	70.641	75.176	74.101
Ferramentas	8%	33.684	(24.890)	8.794	9.370	10.542
Computadores e Periféricos	15%	6.733	(5.911)	822	971	964
Imobilizado Andamento	-	12.399	-	12.399	12.548	13.557
Outros Ativos	10%	10.793	(9.078)	1.715	2.291	4.260
		341.219	(148.472)	192.747	235.804	237.839

Movimentação imobilizado:

Controladora									
Custo do Imobilizado									
Bruto	Terrenos	Prédios	Instalações	Máquinas Equipamentos	Ferramentas	Computadores Periféricos	Imobilizado Andamento	Outros	Total Ativo Imobilizado
Saldo em 01/01/09	61.584	68.937	18.480	146.875	31.362	12.748	13.557	11.525	365.068
Adições	-	723	1.019	6.411	1.262	48	8.785	111	18.359
Baixas	-	-	-	(830)	(63)	(3)	(9.794)	(1.756)	(12.446)
Saldo em 31/12/09	61.584	69.660	19.499	152.456	32.561	12.793	12.548	9.880	370.981
Adições	-	-	283	1.980	40	127	14.339	407	17.176
Baixas	(19.658)	(21.776)	(1.440)	-	-	(6.549)	(14.543)	(741)	(64.707)
Saldo em 31/12/10	41.926	47.884	18.342	154.436	32.601	6.371	12.344	9.546	323.450

Consolidado									
Custo do Imobilizado									
Bruto	Terrenos	Prédios	Instalações	Máquinas Equipamentos	Ferramentas	Computadores Periféricos	Imobilizado Andamento	Outros	Total Ativo Imobilizado
Saldo em 01/01/09	63.183	72.456	19.078	148.477	31.604	12.779	13.557	13.435	374.569
Adições	143	1.457	1.019	10.012	1.375	213	8.785	1.672	24.676
Baixas	-	(63)	(138)	(1.216)	(167)	(3)	(9.794)	(1.923)	(13.304)
Saldo em 31/12/09	63.326	73.850	19.959	157.273	32.812	12.989	12.548	13.184	385.941
Adições	611	75	1.243	4.814	872	313	14.339	1.338	23.605
Baixas	(19.657)	(21.852)	(1.440)	(592)	-	(6.569)	(14.543)	(3.674)	(68.327)
Saldo em 31/12/10	44.280	52.073	19.762	161.495	33.684	6.733	12.344	10.848	341.219

A Companhia e suas controladas optarão em manter a reavaliação até a sua realização, por depreciação ou venda passando o saldo da mesma a compor o valor de custos dos bens.

Em 31 de dezembro de 2010 o saldo de reavaliação de R\$ R\$ 67.887 de reavaliações líquidas das depreciações acumuladas na controladora e R\$ 25.001 no consolidado.

A movimentação da reavaliação que compõem o custo de aquisição do imobilizado e registradas em contra partida no patrimônio líquido da companhia e suas controladas, está abaixo apresentada:

	2007	2003		
Valor de mercado	135.342	175.189		
Custo original, líquido de depreciação	(86.940)	(28.953)		
Reavaliação	48.402	146.236		
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(4.702)	(44.107)		
Reavaliação líquida dos efeitos tributários	43.700	102.129		
Movimentação da reserva de reavaliação:			Controladora	
	31/12/10	31/12/09	01/01/09	
Valor de mercado	316.299	316.299	316.299	
Custo original, líquido de depreciação	(115.893)	(115.893)	(115.893)	
Reavaliação	200.406	200.406	200.406	
Depreciação	(61.454)	(58.703)	(54.436)	
Outras baixas	(71.065)	(38.576)	(38.576)	
Saldo Reavaliação	67.887	103.127	107.394	
Saldo Reavaliação controladas	25.001	25.148	25.308	
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(48.810)	(48.810)	(48.810)	
Depreciação	19.924	18.988	18.262	
Outras baixas	17.973	12.936	12.936	
Saldo Imposto de renda e contribuição social diferidos	(10.913)	(16.886)	(17.612)	
Reavaliação líquida dos efeitos tributários	81.975	111.389	115.090	

Em 31 de dezembro de 2010, o valor de R\$189,(R\$ 907 em 2009) relacionado à depreciação foi contabilizado como custo de produto vendido.

Em atendimento ao Pronunciamento CPC 27 e ICPC 10, durante o exercício de 2009 a Companhia procedeu a avaliação da vida útil estimada dos bens que compõem o ativo imobilizado, bem como os seus respectivos valores residuais. Referidas análises foram realizadas por peritos habilitados para esta finalidade, tendo como base premissas bem fundamentadas e passíveis de verificação por terceiros. Com base em referida análise, a Companhia revisou as estimativas contábeis referentes às taxas de depreciação de edifícios, máquinas, equipamentos e instalações, gerando um efeito no resultado do exercício de 2009 de R\$ 10.828 (menos depreciação, em comparação com exercícios anteriores).

17. INTANGÍVEL

Composição do Intangível:

Controladora				31/12/10	31/12/09	01/01/09
	Taxa média a.a	Custo Corrigido	Amortização Acumulada	Valor Residual	Valor Residual	Valor Residual
Marcas e Patentes	-	24.470	-	24.470	24.387	23.905
Software	19%	14.267	(2.349)	11.918	336	388
Ágio na aquisição de investimento	0	13.360	-	13.360	13.360	-
Outros Intangíveis	-	19	-	19		
	-	52.116	(2.349)	49.767	38.083	24.293
Consolidado						
	Taxa média	Custo Corrigido	Amortização Acumulada	Valor Residual	Valor Residual	Valor Residual
Marcas e Patentes	-	24.607	-	24.607	24.497	23.953
Software	19%	14.313	(2.349)	11.964	336	388
Ágio na aquisição de investimento	-	13.360	-	13.360	13.360	-
Outros Intangíveis	-	23	-	23		
	-	52.303	(2.349)	49.954	38.193	24.341

Movimentação do Intangível:

Custo do Intangível Bruto	Controladora					Consolidado				
	Marcas e Patentes	Ágio	Software	Outros	Total Ativo Intangível	Marcas e Patentes	Ágio	Software	Outros	Total Ativo Intangível
SalDOS em 01/01/09	23.905	-	9.281	-	33.186	23.953	-	9.281	-	33.234
Adições	482	13.360	17	-	13.859	544	13.360	17	-	13.921
Baixas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
SalDOS em 31/12/09	24.387	13.360	9.298	-	47.045	24.497	13.360	9.298	-	47.155
Adições	83	-	11.660	19	11.762	110	-	11.706	23	11.839
Baixas	-	-	(6.691)	-	(6.691)	-	-	(6.691)	-	(6.691)
SalDOS em 31/12/10	24.470	13.360	14.267	19	52.116	24.607	13.360	14.313	23	52.303

O valor registrado na rubrica marcas corresponde à aquisição da Marca Impala em 2008, do Laboratório Avamiller Ltda..

Esta operação foi concretizada a valor justo de mercado e as análises dos valores de recuperação não indicam a necessidade de reconhecer perdas permanentes na recuperação do saldo do intangível.

Em 31 de dezembro de 2010, a Companhia transferiu o saldo de R\$ 11.607, relativo à instalação do sistema ERP Oracle, o qual estava registrado em imobilizado em andamento e que iniciará sua operação e respectiva amortização em 2011. A amortização será realizada com base na vida útil estimada, de 15 anos. Também em 31 de dezembro de 2010, a Companhia reconheceu a baixa no montante de R\$ 6.691, relativa à desativação do sistema integrado utilizado até então, já totalmente amortizado.

O ágio apurado na aquisição da controlada Laboratório Avamiller Ltda. está fundamentado na expectativa de rentabilidade futura. A companhia realizou estudos para realização do ágio sobre o investimento que confirmaram a recuperação deste ativo.

No ano de 2010 o segmento de esmaltes registrou uma expansão de 37% no faturamento global, atrelado a uma alta de 23% no volume de produtos vendidos. A Avamiller obteve um crescimento em seu faturamento na ordem de 95% que resultou em uma alavancagem de seu market share de 2,9% entre os anos de 2009 e 2010.

18. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A Companhia registrou Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos, para refletir efeitos fiscais futuros, atribuídos às diferenças temporárias e reserva de reavaliação.

(a) A composição dos tributos diferidos ativos e passivos apresenta-se como segue:

	Controladora			Consolidado		
	31/12/10	31/12/09	01/01/09	31/12/10	31/12/09	01/01/09
Ativo						
Imposto de renda diferido sobre adições temporárias	1.238	1.132	2.472	1.238	1.132	2.473
Imposto de renda diferido sobre reavaliações/exclusões temporárias	7.881	5.181	26.617	8.059	6.423	27.283
Contribuição social diferida sobre adições temporárias	446	407	447	446	407	447
Contribuição social diferida sobre reavaliação/exclusões temporárias	2.406	1.544	7.228	2.670	1.801	7.478
	11.971	8.264	36.764	12.413	9.763	37.681
Passivo						
Imposto de renda diferido sobre reavaliação/exclusões temporárias	43.987	26.158	26.838	46.363	28.562	29.288
Contribuição social diferida sobre reavaliação/exclusões temporárias	15.835	9.418	9.662	16.691	10.282	10.544
	59.822	35.576	36.500	63.054	38.844	39.832

(b) O imposto de renda e a contribuição social são calculados com base nas alíquotas oficiais e são demonstrados como segue:

	Controladora			Consolidado		
	31/12/10	31/12/09	01/01/09	31/12/10	31/12/09	01/01/09
Lucro acumulado antes do imposto de renda e da contribuição social	37.292	1.655	8.864	26.202	9.730	8.673
Equivalência patrimonial	1.423	579	(1.361)	-	-	-
	38.715	2.234	7.503	26.202	9.730	8.673
Alíquota combinada de imposto de renda e contribuição social	34%	34%	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social alíquota nominal	(13.163)	(760)	(2.551)	(8.909)	(3.308)	(2.949)
Adições e reversões temporárias	31.059	1.379	2.196	31.059	1.379	2.196
Realização da reserva de reavaliação	(11.984)	(2.414)	(2.706)	(11.984)	(2.610)	(3.596)
Outras adições permanentes	(1.403)	5.636	7.678	(1.403)	8.230	8.477
Prejuízo fiscal base negativa ganhos futuros	(4.509)	(3.841)	(4.617)	(8.763)	(3.841)	(4.617)
Imposto de renda e contribuição social sobre o resultado	-	-	-	-	(150)	(489)
Realização de IRPJ e CSLL diferido	1.629	(4.220)	(1.353)	1.491	(4.130)	(773)
Prejuízo fiscal e base negativa ativado	3.707	8.264	-	3.707	9.378	-
Provisão de IRPJ e CSLL diferido	(25.942)	-	-	(25.942)	-	-
Estorno da ativação de prejuízo fiscal base negativa	-	(30.941)	-	-	(31.499)	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(20.606)	(26.897)	(1.353)	(20.744)	(26.251)	(773)
Saldo de imposto de renda e contribuição social demonstrados no resultado	(20.606)	(26.897)	(1.353)	(20.744)	(26.401)	(1.262)

O valor de R\$ 25.942 na rubrica de provisão de imposto de renda e contribuição social foi constituído em função dos efeitos na adesão ao parcelamento Ajustar, a realização do referido tributo se dará em 120 meses.

19. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

a) Os empréstimos e financiamentos captados no mercado estão reconhecidos no passivo circulante e não circulante. Referem-se basicamente a captações de recursos, atualizados no mercado interno pelo CDI (Certificados de Depósito Interbancário) acrescido de spread. Todos os contratos estão atualizados e reconhecidos até 31 de dezembro de 2010 a valor de mercado, sendo que as aplicações financeiras mencionadas na Nota 8 estão atreladas aos empréstimos aqui descritos.

Os empréstimos e financiamentos estão assim compostos:

Modalidade	Controladora			Consolidado		
	31/12/10	31/12/09	01/12/09	31/12/10	31/12/09	01/12/09
Capital de giro - CCB	46.628	56.082	55.434	64.925	64.171	55.714
Capital de giro - destinado a investimentos	12.174	15.914	17.999	12.174	15.914	17.999
Capital de giro - moeda estrangeira	1.730	1.794		1.730	1.794	
Capital de giro - Conta Vinculada	27.709	18.830	13.297	39.564	30.685	13.297
Capital de giro -CCE- NCE	30.194	23.234	25.044	30.194	23.234	25.044
Adiantamento de contrato de câmbio	6.043	6.425	4.987	6.043	6.425	4.987
Arrendamento Mercantil	1.906	1.005	1.852	1.906	1.237	1.852
Finame	-	-	-	1.055	1.078	1.367
Titulos descontados/saque exportação	16.220	985	3.979	16.760	5.021	4.736
	142.604	124.269	122.592	174.351	149.559	124.996
Passivo circulante	133.727	112.647	108.319	163.947	137.242	109.697
Passivo não circulante	8.902	11.622	14.273	10.404	12.317	15.299
	142.629	124.269	122.592	174.351	149.559	124.996

Os empréstimos de capital de giro - CCB estão garantidos por duplicatas, CDB's, NP's, penhor mercantil e aval. Estes empréstimos têm o prazo de até 20 meses e foram negociados em uma taxa média de CDI + 0,68% a.m.

O empréstimo de capital de giro - CCB está garantido por NP's e aval. Esse empréstimo tem prazo de 13 meses e foi negociado à taxa de CDI+1%.

O empréstimo de capital de giro em moeda estrangeira está garantido por aval. Esse empréstimo tem prazo de 4 meses e foi negociado à variação cambial + 11% a.a.

Os empréstimo de capital de giro - Conta Vinculada estão garantidos por duplicatas e aval. Estes empréstimos tem o prazo de até 22 meses e foram negociados em uma taxa média de CDI + 0,82% a.m.

Os empréstimos de capital de giro - CCE-NCE estão garantidos por duplicatas, CDB's e aval. Estes empréstimos tem o prazo de até 11 meses e foram negociados em uma taxa média de CDI + 0,75% a.m.

Os adiantamentos de contrato de câmbio estão garantidos por duplicatas MI e a própria exportação. Estes financiamentos foram negociados em variação cambial + taxa de deságio média de 7,25% a.a.

Os financiamentos de arrendamento mercantil estão garantidos por alienação fiduciária dos bens financiados, tem prazo de até 60 meses e foram negociados a uma taxa média de 1,24% a.m.

Os empréstimos de capital de giro - CCB estão garantidos por duplicatas, CCB's, NP's, penhor mercantil e aval. Estes empréstimos tem o prazo de até 18 meses e foram negociados em uma taxa média de CDI + 0,72% a.m.

Os financiamentos Finame estão garantidos por alienação fiduciária dos bens financiados. Estes financiamentos tem o prazo de até 60 meses e foram negociados em uma taxa de TJLP 100% + taxa média de 0,43% a.m.

O saldo dos empréstimos registrado no passivo não circulante, possui o seguinte cronograma de vencimentos:

Ano	Controladora	Consolidado
2012	8.399	9.671
2013	334	451
2014	96	186
2015	73	96
	8.902	10.404

b) O endividamento e o resultado das operações são afetados significativamente pelo fator de risco de mercado de taxa de câmbio (dólar norte-americano). Em 31 de dezembro de 2010, a exposição líquida pode ser assim demonstrada:

Modalidade	Controladora			Consolidado		
	31/12/10	31/12/09	01/01/09	31/12/10	31/12/09	01/01/09
Derivativos - Swap	-	-	(2.460)	-	-	(2.460)
Adiantamento de câmbio	(8.009)	(6.969)	(8.434)	(8.009)	(6.969)	(9.190)
Fornecedor	(498)	(807)	(662)	(1.365)	(743)	(719)
Passivo vinculado ao US\$	(8.507)	(7.776)	(11.556)	(9.374)	(7.712)	(12.369)
Aplicação financeira	-	-	2.863	-	-	2.863
Clientes	10.326	8.854	13.179	10.326	6.249	11.122
Mútuo	2.124	1.683	2.277	2.124	-	-
Ativo vinculado ao US\$	12.450	10.537	18.319	12.450	6.249	13.985
Exposição líquida	3.943	2.761	6.763	3.076	(1.463)	1.616

20. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS

	Controladora			Consolidado		
	31/12/10	31/12/09	01/01/09	31/12/10	31/12/09	01/01/09
REFIS (Nota 21)	80.418	80.418	80.418	80.418	80.418	80.418
REFIS 11.941 (a)	171.087	166.177	-	181.576	180.836	-
PAES (FNDE) (b)	4.008	4.869	72.690	7.605	4.869	72.690
AJUSTAR - ICMS (c)	39.121	133.935	138.208	39.121	133.935	138.208
Parcelamento de ICMS (d)	14.848	20.102	13.607	17.185	26.407	13.607
Parcelamento de FGTS (e)	2.401	3.821	5.730	2.401	3.821	5.730
Outros parcelamentos (f)	985	1.356	684	985	1.356	2.529
Parcelamento de IPI	-	-	-	11.907	-	-
Parcelamento de INSS	-	-	-	1.514	-	-
PIS (g)	10.383	7.372	13.597	11.691	7.932	13.597
COFINS (g)	47.866	33.900	71.417	53.965	36.527	71.417
IPI (g)	5.209	-	25.518	7.381	6.442	25.518
INSS (g)	3.905	-	6.526	3.905	-	6.526
IRPJ	-	-	3.571	-	-	3.571
CSLL	-	-	2.570	-	-	2.570
Impostos e contribuições	20.288	10.115	7.235	25.205	12.081	7.466
	400.519	462.065	441.771	444.859	494.624	443.847

Impostos e contribuições	Controladora			Consolidado		
	2010	2009	2008	2010	2009	2008
Passivo circulante	55.439	41.528	37.700	64.156	56.688	38.080
Passivo não circulante	345.080	420.537	404.071	380.703	437.936	405.767
	400.519	462.065	441.771	444.859	494.624	443.847

Os parcelamentos classificados no não circulante tem a seguinte composição de vencimento por ano:

	Controladora	Consolidado
2012	19.544	24.062
2013	18.420	22.938
2014	16.158	20.288
2015 em diante	147.056	159.698
Total	201.178	226.986

(a) REFIS 11.941 – Parcelamento Federal

Em 30 de novembro de 2009, a Companhia aderiu ao programa de redução e parcelamento de débitos disposto pela Lei 11.941/09, incluindo seus débitos federais vencidos até 30 de novembro de 2008, inclusive os débitos provenientes do Parcelamento Especial – PAES. Esta opção resultou em uma redução da dívida em R\$ 76.051, reconhecida na rubrica outras despesas e receitas operacionais, em virtude das devidas reduções de multa e juros de mora e utilização de prejuízo fiscal e base negativa, acumulados até 31 de dezembro de 2008.

O prazo de pagamento do parcelamento foi pactuado em 180 meses, com atualização pela taxa SELIC.

Nos termos da legislação pertinente, a Companhia tem a obrigação de permanecer adimplente com relação aos pagamentos mensais, como condição essencial à manutenção do parcelamento, sendo que o não cumprimento desta obrigação implicará na rescisão do referido parcelamento. A Companhia está aguardando a homologação do parcelamento pela Secretaria de Receita Federal (SRF), e vem recolhendo mensalmente o valor de R\$ 880.

Para os débitos existentes junto à Secretaria da Receita Federal, foram dados em garantia, imóveis, máquinas e equipamentos.

(b) PAES – Parcelamento Especial

Em julho de 2003, conforme Lei nº 10.684/02, a Companhia aderiu ao PAES, com a inclusão de impostos oriundos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, com atualização mensal pela variação da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP). Atualmente o recolhimento mensal é de R\$ 121.

(c) Adesão ao AJUSTAR - ICMS

Em 25 de agosto de 2010, a Companhia aderiu ao parcelamento de débitos de ICMS (AJUSTAR) junto à Secretária da Fazenda Estadual do Rio Grande do Sul. O referido parcelamento concedeu redução de juros no montante de R\$ 59.237 o saldo restante será pago em 120 parcelas atualizadas de SELIC.

Em dezembro de 2010 a companhia adjudicou junto a Secretária da Fazenda Estadual do Rio Grande do Sul um imóvel avaliado em R\$ 30.060, gerando redução da dívida.

Atualmente o valor consolidado com a Secretaria da Receita Estadual do parcelamento Ajustar é de R\$ 39.121, que vem sendo pago em parcelas mensais e consecutivas, o recolhimento efetuado em dezembro de 2010 foi de R\$ 644. Após o efeito da redução ocasionada pelo fato da adjudicação do imóvel os pagamentos mensais a partir de janeiro de 2011 passam a ser de R\$ 368.

(d) Parcelamento – ICMS

A Companhia possui junto a Secretaria Estadual parcelamentos no montante de R\$ 14.848 com atualizações mensais pela SELIC, que receberam o benefício do parcelamento Ajustar, esses efeitos serão reconhecidos no decorrer dos pagamentos. O valor do pagamento mensal é de R\$ 608.

Para os débitos existentes junto à Secretaria da Receita Estadual, foram dados em garantia, imóveis, máquinas e equipamentos.

(e) Parcelamento de FGTS

A Companhia possui um saldo contábil, relativo a parcelamento de FGTS junto à Caixa Econômica Federal, no montante de R\$ 1.926, em 31 de dezembro de 2010.

A Companhia constatou na assinatura do compromisso de pagamento do referido parcelamento, uma divergência no montante de R\$ 12.205 entre a posição informada pela Caixa Econômica Federal e o saldo mantido pela Companhia, que na data apurou a dívida num montante de R\$ 16.941, a ser pago em 72 parcelas.

A Companhia solicitou a revisão da dívida à Caixa Econômica Federal, através de processo administrativo, protocolado em 04 de março de 2009, apresentando nesta ocasião, a documentação comprobatória. Até o

momento o processo está ainda em andamento e a Companhia continua no aguardo da devida correção por parte do órgão competente.

(f) O saldo é composto por parcelamentos de Imposto Predial e Territorial Único – IPTU, que a Companhia possui com a Prefeitura Municipal de Porto Alegre no montante de R\$ 628, e com pagamentos mensais de R\$10. Serviço Social da Indústria (SESI) e Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), no montante de R\$ 575, com pagamentos mensais de R\$ 38.

(g) INSS, IPI, PIS e COFINS

Referem-se compensações efetuadas junto à Secretária da Receita Federal – SR, pendentes de homologação

21. TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS - PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO FISCAL

a) A Companhia aderiu ao programa em dezembro de 1999, tendo declarado todos os seus débitos de tributos e contribuições sociais naquela data à Secretaria da Receita Federal - SRF e ao Instituto Nacional de Seguro Social – INSS. As condições mais vantajosas para amortização da dívida e posteriormente normatizadas pela Resolução nº. 004 da SRF, dentre elas o alongamento do prazo de pagamento e a mudança de indexador (SELIC para TJLP), foram fatores determinantes para a adesão ao programa.

Com o ingresso no REFIS, a Companhia passou a quitar os débitos até então vencidos, à razão de 1,2% sobre o faturamento mensal.

Estimando-se que a Companhia venha crescer à razão de 7% a.a. e ainda que as amortizações ocorram de acordo com os critérios da Resolução CG/REFIS nº. 004, a dívida será amortizada em aproximadamente 500 meses, conforme projeções de crescimento do faturamento e de juros futuros, as quais foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia.

Assim, foi calculada uma previsão de pagamento futuro de toda dívida original, com base na estimativa de crescimento do faturamento deduzida da expectativa de juros futuros, resultando num montante a valor presente de R\$ 80.418 (R\$ 3.880 reconhecido no passivo circulante e R\$ 76.538 no passivo não circulante). O saldo contábil da dívida está congelado desde 31 de dezembro de 1999.

Atualmente o recolhimento mensal é de aproximadamente R\$ 369.

O programa estabeleceu ainda, como condição de permanência no mesmo, que os pagamentos das parcelas, assim como dos impostos e contribuições correntes, sejam efetuados em dia. A exclusão da Companhia do REFIS implicaria em exigibilidade imediata da totalidade da dívida inscrita e ainda não paga e a automática execução das garantias prestadas, restabelecendo-se, em relação ao montante não pago, os acréscimos legais (SELIC), recompondo a dívida a partir de 31 de dezembro de 1999 (data da formalização da opção).

Em 31 de dezembro de 2010, resultaria no valor de R\$ 827.718, sendo necessário reconhecer passivo adicional de cerca de R\$ 747.300 e reclassificar para o passivo circulante a totalidade do débito classificado no passivo não circulante, no montante de R\$ 80.418 (Nota 20).

Adicionalmente, conforme requerido pela instrução CVM nº. 346, demonstramos abaixo a composição dos débitos e contribuições sociais incluídos no programa aos valores nominais, que consideram os saldos da Mundial S.A. e da Zivi S.A. (incorporada pela Companhia):

	Principal	Juros e multa	Créditos fiscais	Total	Atualização TJLP	Amortização	31/12/10
PIS	9.090	6.301	(5.014)	10.377	9.382	(1.288)	18.471
COFINS	39.438	30.509	(23.891)	46.056	41.642	(5.717)	81.981
IPI	34.907	32.548	(18.730)	48.725	44.055	(6.049)	86.731
IRRF	4.443	3.713	(325)	7.831	7.080	(972)	13.939
CSL	33.075	839	(707)	33.207	30.025	(4.122)	59.110
IRPJ	69.841	1.845	(1.845)	69.841	63.148	(8.670)	124.319
INSS	85.556	63.140	(20.807)	127.889	115.632	(15.877)	227.644
	276.350	138.895	(71.319)	343.926	310.964	(42.695)	612.195

Para os tributos e contribuições existentes, foram dados em garantia edificações, terrenos, máquinas, equipamentos e imóveis de empresas controladas.

b) A Mundial S.A. foi considerada excluída do Programa de Recuperação Fiscal – REFIS, pelo Comitê Gestor do Programa, por presumida ausência de pagamentos de tributos correntes. Considerando a existência de documentação comprobatória da liquidação dos tributos questionados e baseados no posicionamento dos seus consultores jurídicos, a Companhia tem garantido sua manutenção no programa através de medidas judiciais. Os consultores jurídicos entendem, ainda, que os argumentos e o suporte documental apresentados na defesa da Companhia são suficientes para permitir que decisões definitivas venham ser proferidas em seu favor.

22. DEBÊNTURES

a) Debêntures privadas

Em março de 2006 foram subscritas 43.000 debêntures através de emissão privada, com amortização em 48 parcelas mensais iguais e sucessivas, com juros de 6% ao ano e sem correção monetária. No final da amortização as debêntures farão jus, a título de remuneração, a um prêmio calculado sobre a economia gerada pela redução das despesas financeiras de capital de giro. Os juros e o prêmio incidentes sobre as debêntures vêm sendo reconhecidos mensalmente pelo regime de competência. O debenturista possui a opção de decidir no final da amortização de receber o prêmio em moeda nacional ou mediante conversão em ações, sendo que na opção pela conversão em ações, o mesmo terá direito a duas vezes o valor do prêmio. O valor da ação para conversão é de R\$ 2,97.

Em deliberação da reunião do Conselho de Administração, realizada em 08 de junho de 2009, foi definida a repactuação do valor nominal das debêntures no montante de R\$ 10.235, antecipação de pagamento do prêmio calculados até 31 de maio de 2009, no montante de R\$ 16.656, com acréscimo de juros pré-fixados de 1,6360% ao mês sobre principal e prêmio no montante de R\$ 20.874. A amortização será efetuada em 66 parcelas, com vencimento inicial em 15 de junho de 2009 e término em 15 de novembro de 2014.

Movimentação demonstrada como segue:

	Controladora		
	31/12/10	31/12/09	01/01/09
Principal	43.000	43.000	43.000
Prêmio s/ debêntures	16.656	16.656	18.014
Juros s/ principal e prêmio	14.494	9.245	5.537
Debêntures a pagar	74.150	68.901	66.551
Amortização principal	(35.928)	(34.122)	(29.563)
Amortização prêmio s/ debêntures	(3.957)	(1.304)	-
Amortização juros s/ principal e prêmio	(6.535)	(5.431)	(3.585)
Imposto renda s/ amortização juros	(1.663)	(1.189)	(630)
Saldo debêntures a pagar	26.067	26.855	32.773
	31/12/10	31/12/09	01/01/09
Passivo circulante	4.743	2.673	11.712
Passivo não circulante	21.324	24.182	21.061
	26.067	26.855	32.773

23. PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS

A Companhia classifica os processos judiciais de acordo com o grau de risco de perda, com base na opinião dos seus assessores jurídicos, registrando o montante avaliado como perda provável, considerado suficiente para cobrir perdas que possam vir a ocorrer.

a) Processos trabalhistas - são relativos, basicamente, a questões propostas por empregados e terceirizadas, versando sobre verbas de cunho salarial, deduzido dos respectivos depósitos judiciais.

b) Processos Cíveis – são relativos a indenizações por danos morais e materiais, movidos por terceiros.

	Controladora			Consolidado		
	31/12/10	31/12/09	01/01/09	31/12/10	31/12/09	01/01/09
Provisões tributárias	36	36	11.234	36	36	11.234
Provisões trabalhistas e cíveis	4.592	4.436	3.958	4.905	4.638	3.958
	4.628	4.472	15.192	4.941	4.674	15.192
Depósitos Judiciais	(1.938)	(1.653)	(932)	(1.938)	(1.653)	(932)
	2.690	2.819	14.260	3.003	3.021	14.260

c) Contingências possíveis – as causas consideradas como perdas possíveis não estão registradas, mas, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 25, devem ser divulgadas. Em 31 de dezembro de 2010, as causas consideradas de perdas possíveis, conforme estimativa dos advogados da Companhia, são as seguintes:

	Controladora			Consolidado		
	31/12/10	31/12/09	01/01/09	31/12/10	31/12/09	01/01/09
Causas cíveis	12.157	1.258	1.593	12.462	1.258	1.593
Causas trabalhistas	6.900	6.441	3.285	6.900	6.441	3.285
Causas tributárias	-	5	1.733	-	5	1.733
	19.057	7.704	6.611	19.362	7.704	6.611

As causas tributárias anteriores a dezembro de 1999 foram incluídas no REFIS e as posteriores, incluídas no PAES e no REFAZ – ICMS e Parcelamento previsto na Lei nº 11.941/2009.

24. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital autorizado

É dividido em 24.638.175 ações ordinárias e 22.762.838 ações preferenciais, todas sem valor nominal.

Capital subscrito

Em 31 de dezembro de 2010 é de 47.401.013 ações dividido em 24.638.175 ações ordinárias e 22.762.838 ações preferenciais.

Aos acionistas é assegurado, anualmente, distribuição de dividendos mínimos obrigatórios, correspondentes a 30% do lucro líquido ajustado. As ações preferenciais não têm direito a voto, mas gozam da prioridade do direito ao recebimento de um dividendo mínimo de 6% ao ano sobre o capital social.

Reserva Legal

Constituída a razão de 5% do lucro líquido não excederá de 20% do capital social.

Reserva de Capital

Constituída com o saldo de remanescente do lucro líquido acumulado após as destinações para reserva legal e distribuição de dividendos.

Juros de Capital Próprio

Em 31 de dezembro de 2010, a Administração da Companhia aprovou a distribuição de juros sobre o capital próprio a seus acionistas no montante de R\$ 2.032, calculados com base na variação da taxa de juros em longo prazo (TJLP), nos termos da Lei nº 9.249/95. A despesa com juros sobre o capital próprio foi registrada como despesa financeira, na demonstração do resultado. Para efeitos de elaboração das demonstrações contábeis, referida despesa é revertida e registrada como proposta de distribuição de resultado, no patrimônio líquido. Os juros sobre capital próprio possuem incidência de imposto de renda retido na fonte – IRRF, no montante de R\$ 305. Assim, o montante líquido dos juros sobre capital próprio em 2010 foi de R\$ 1.729 e está provisionado no passivo circulante.

Composição do cálculo dos juros sobre capital próprio:

	31/12/2010
Lucro líquido do exercício	18.718
Realização da reserva de reavaliação	28.989
Prejuízo acumulado	(22.221)
Resultado acumulado	25.486
(-) Reserva Legal (5%)	(1.274)
Base para o cálculo de juros capital próprio	49.698
Índice de percentual de juros sobre capital próprio proposto	4,09%
Juros sobre capital próprio propostos	2.032
(-) IRRF	(305)
(=) Remuneração líquida do ano	1.729
Valor líquido a distribuir por ação preferencial	1.729

Dividendo Mínimo Obrigatório

A Administração da Companhia, “ad referendum” da AGO, está propondo dividendos abaixo do mínimo obrigatório, tendo em vista a necessidade de manutenção de recursos na Companhia para fortalecimento do Capital de Giro, tendo em vista a existência de capital de giro negativo aliado ao volume de compromissos já conhecidos, parte dos quais relacionados ao aumento das vendas orçado para 2011 que irá requerer recursos adicionais.

A apuração do dividendo mínimo obrigatório é a seguinte:

Lucro líquido do exercício	18.718
(-) reserva legal	(1.274)
Base de cálculo	17.444
Dividendos 30%	5.233
Juros de capital imputado aos dividendos	(2.032)
Reserva para pagamentos de dividendos futuros	3.201

Assim, nos termos do § 5º do Art. 202 da Lei 6.404/76, está constituindo Reserva Especial para futuro pagamento de dividendos no valor de R\$ 3.201.

25. LUCRO POR AÇÃO

O cálculo básico de lucro por ação é feito através da divisão do lucro líquido do exercício, atribuído aos detentores das ações ordinárias e preferências da controladora e está demonstrado como segue:

	31/12/10	31/12/09
Lucro (prejuízo) antes a provisão de JCP líquido atribuído ao acionista	18.718	(25.242)
Ações em circulação ordinárias (milhares)	24.638	24.638
Ações em circulação preferências (milhares)	22.763	22.762
Lucro por ação ON em (R\$)	0,2053	(0,2768)
Lucro por ação PN em (R\$)	0,1896	(0,2557)

26. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTO DE RISCOS

26.1. Análise dos instrumentos financeiros

A Companhia registra em contas patrimoniais a totalidade das operações envolvendo instrumentos financeiros contratados visando reduzir sua exposição a riscos de moeda e de taxa de juros, bem como manter sua capacidade de investimentos e financiar seu crescimento.

A avaliação dos ativos e passivos financeiros da Companhia em relação aos valores de mercado, foi efetuada por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, a interpretação dos dados de mercado e a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e estimativas para se calcular o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias pode ter um efeito relevante nos valores de realização estimados.

26.2. Classificação dos instrumentos financeiros por categoria

A classificação dos ativos financeiros por categoria é a seguinte:

	31/12/10			31/12/09			01/01/09		
	Recebíveis	A valor justo por meio de resultado	Total	Recebíveis	A valor justo por meio de resultado	Total	Recebíveis	A valor justo por meio de resultado	Total
Ativo Financeiro									
Caixa e equivalente a caixa	4.274	-	4.274	7.727	-	7.727	15.909	-	15.909
Contas a receber	90.439	-	90.439	72.809	-	72.809	74.638	-	74.638
Tributos a recuperar	911	-	911	1.695	-	1.695	16.238	-	16.238
Títulos a receber	69.083	-	69.083	76.657	-	76.657	63.432	-	63.432
Saldo a receber de partes relacionadas	279.605	-	279.605	252.748	-	252.748	234.270	-	234.270
	444.312	-	444.312	411.636	-	411.636	404.487	-	404.487

Os principais passivos financeiros da Companhia podem ser classificados como valor justo por meio do resultado ou empréstimos e financiamentos, conforme demonstrado abaixo:

	<u>31/12/210</u>	<u>31/12/09</u>	<u>01/01/09</u>
Fornecedor	28.415	24.346	22.366
Empréstimos e financiamentos	142.629	124.269	122.592
Contas a pagar a partes relacionadas	10.149	8.831	8.344
	<u>181.193</u>	<u>157.446</u>	<u>153.302</u>

Em 2010 e 2009, a Companhia registrou ativos financeiros mantidos até o vencimento, são eles aplicações em CDB que servem como garantia na contratação de empréstimos/financiamentos.

O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada. Os seguintes métodos e premissas foram utilizados para estimar o valor justo.

Caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores e outras obrigações de curto prazo se aproximam de seu respectivo valor contábil em grande parte devido ao vencimento no curto prazo desses instrumentos.

O valor justo dos recebíveis não difere de forma relevante dos saldos contábeis, pois têm atualização monetária consistente com taxas de mercado e/ou estão ajustados pela provisão para redução ao valor recuperável.

Os empréstimos e financiamentos tem negociação ativa e as taxas de juros são pré e pós-fixadas e estão consistentes com as praticadas no mercado; dessa forma, os saldos contábeis informados encontram-se próximos aos respectivos valores justos.

26.3. Mensuração do valor justo

A Companhia mantém os instrumentos financeiros a valor justo de mercado, não se aplicando a mensuração prevista.

26.4. Gestão de risco

As operações financeiras da Companhia são realizadas por intermédio da área financeira de acordo com a estratégia conservadora, visando segurança, rentabilidade e liquidez previamente aprovada pela diretoria e acionistas.

Os critérios de seleção das instituições financeiras obedecem a parâmetros que levam em consideração, a estrutura, o custo e o prazo das operações cotadas:

a) Risco de moeda com variações cambiais

Para controle da exposição de riscos cambiais a Companhia considera o Hedge natural existente nos recebíveis em moeda estrangeira que são vinculadas aos Contratos de Câmbio.

b) Risco de Crédito

Os instrumentos financeiros que sujeitam a Companhia a riscos de crédito referem-se às disponibilidades e as contas a receber. Todas as operações da Companhia são realizadas com bancos de reconhecida liquidez, o que minimiza seus riscos.

O resultado das vendas da Mundial está concentrado basicamente em dois segmentos, Fashion e Produtos de Consumo.

No segmento Fashion, o risco de incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes é minimizado uma vez que as vendas são pulverizadas e com limite de crédito estipulado individualmente por cliente.

No segmento Produtos de Consumo existe uma concentração da ordem de 25% a 30% no cliente Etilux Indústria e Comércio Ltda, com o qual firmamos um acordo de Distribuidor Master em 2003 para este segmento. O relacionamento com este cliente já se estende por mais de vinte e cinco anos e neste período a Etilux jamais efetuou um pagamento em atraso para a Mundial.

c) Risco de taxa de juros

Esse risco é oriundo da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras oriundas principalmente dos empréstimos contratados.

d) Risco de liquidez

Representa o risco de escassez e dificuldade da Companhia honrar suas dívidas. A Companhia procura alinhar o vencimento de suas dívidas com o período de geração de caixa para evitar o descasamento e gerar a necessidade de maior alavancagem.

27. COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia objetiva delimitar os riscos de sinistros, buscando no mercado coberturas compatíveis com seu porte e suas operações. As coberturas foram contratadas por montantes considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros. Os bens da Companhia encontram-se segurados contra incêndios, vendavais, granizo, furacão, raios, danos elétricos, explosões, impacto de veículos e quedas de aeronaves.

A Companhia possuía apólices de seguro contratadas com terceiros e consideradas suficientes para cobrir os valores reconhecidos no imobilizado e nos estoques, no valor de R\$ 222.919, em 31 de dezembro de 2010 (R\$ 265.361 em 2009).

Tais apólices são corporativas e englobam também os riscos relacionados à coligada Hercules S.A. - Fábrica de Talheres.

28. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

Conforme requerido pelo Pronunciamento Técnico CPC 26, a Companhia apresentou a demonstração do resultado pela receita líquida operacional. Até o exercício findo em 31 de dezembro de 2009, a demonstração do

resultado era apresentada iniciando-se pela receita operacional bruta. Abaixo segue a conciliação da receita bruta e líquida, para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009

	Controladora		Consolidado	
	31/12/10	31/12/09	31/12/10	31/12/09
Receita Bruta de Vendas				
Mercado Interno	343.634	318.517	463.913	358.455
Mercado Externo	23.705	16.509	24.792	24.559
	<u>367.339</u>	<u>335.026</u>	<u>488.705</u>	<u>383.014</u>
Deduções sobre vendas				
Impostos sobre Vendas	(80.704)	(70.515)	(101.325)	(77.932)
Outras Deduções	(8.079)	(12.732)	(21.897)	(17.175)
	<u>(88.783)</u>	<u>(83.247)</u>	<u>(123.222)</u>	<u>(95.107)</u>
Receita Operacional Líquida	<u>278.556</u>	<u>251.779</u>	<u>365.484</u>	<u>287.907</u>

29. PROGRAMA DE PARTICIPAÇÃO DOS FUNCIONARIOS NOS RESULTADOS

A Companhia e suas controladas têm firmado anualmente acordo coletivo para a participação dos funcionários nos resultados. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2010, a provisão para participação dos empregados nos resultados era de R\$ 1.100 (R\$ 1.085 em 2009) e foi registrada nas rubricas de despesas administrativas, comercial e fabril no resultado do exercício.

30. HONORÁRIOS DA ADMINISTRAÇÃO

O pessoal-chave da administração inclui os conselheiros fiscais, diretores e membros do conselho de administração da Companhia. A remuneração paga ou a pagar ao pessoal-chave da administração por serviços de empregados, no período findo em 31 de dezembro de 2010 foi de R\$ 2.282 (R\$ 2.100 em 2009).

31. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

O saldo está assim composto:

	Controladora			Consolidado		
	31/12/10	31/12/09	01/01/09	31/12/10	31/12/09	01/01/09
Alienação de Imobilizado	(3.158)	(868)	(369)	(3.158)	(868)	469
Custos com improdutividade	(2.906)	(3.004)	(7.248)	(2.906)	(3.550)	(8.208)
Outras despesas operacionais	(5.013)	2.944	(1.996)	(4.945)	3.086	(1.916)
	<u>(11.077)</u>	<u>(928)</u>	<u>(9.613)</u>	<u>(11.009)</u>	<u>(1.332)</u>	<u>(9.655)</u>

32. RESULTADO FINANCEIRO

O resultado financeiro é constituído das seguintes despesas e receitas financeiras:

Receita Financeira	Controladora			Consolidado		
	31/12/10	31/12/09	01/01/09	31/12/10	31/12/09	01/01/09
Receitas financeira com partes relacionadas	30.656	23.012	25.486	31.189	23.644	26.426
Efeitos financeiro s/ adesão ao Ajustar	59.290	-	-	59.290	-	-
	89.946	23.012	25.486	90.479	23.644	26.426
Despesas financeiras	31/12/10	31/12/09	01/01/09	31/12/10	31/12/09	01/01/09
Juros recebidos na venda do imobilizado	11.405	10.384	-	11.405	10.384	-
Juros pagos sob debêntures	(5.249)	(2.350)	(6.574)	(5.249)	(2.350)	(6.574)
Outras despesas com giro	(32.697)	(24.762)	(11.134)	(41.181)	(17.523)	(10.492)
Despesas com juros impostos	(33.079)	(27.252)	(28.394)	(39.218)	(26.137)	(30.569)
	(59.620)	(43.980)	(46.102)	(74.243)	(35.626)	(47.635)
Resultado financeiro	30.326	(20.968)	(20.616)	16.236	(11.982)	(21.209)

33. SEGMENTOS OPERACIONAIS

Conforme pelo Pronunciamento Técnico CPC 22, as companhias de capital aberto devem divulgar o resultado de suas operações por segmento.

Os segmentos operacionais da Companhia estão divididos em dois grandes grupos: produtos de consumo e fashion.

Produtos de consumo: englobam produtos de cutelaria, ferramentas e artigos similares.

Fashion: pertences metálicos para indústrias de confecção, calçados de couro e plásticos, artigos metálicos de adorno, artigos e componentes metálicos e plásticos para a indústria, fundição de metais ferrosos e matrizes para estamparia e injeção plástica ou metálica.

Saldo em 31/12/10	Produtos de Consumo	Fashion	Corporativas	Controladora	Consolidado
Receita Líquida	102.545	176.011		278.556	365.484
(-) CPV	(63.203)	(130.414)		(193.617)	(246.937)
(-) Despesas com vendas	(16.765)	(25.981)		(42.746)	(60.784)
Margem Bruta	22.577	19.616		42.193	57.763
Despesas Administrativas/outras			(33.803)	(33.803)	(42.324)
Resultado equivalência			(1.423)	(1.423)	-
Resultado financeiro			30.326	30.326	16.236
Impostos sobre o lucro			(20.606)	(20.606)	(20.744)
Participação dos minoritários					(66)
Lucro Líquido	45.154	39.232	(25.506)	16.687	10.865

Saldo em 31/12/09	Produtos de Consumo	Fashion	Corporativas	Controladora	Controladora
Receita Líquida	92.328	159.451		251.779	287.907
(-) CPV	(58.218)	(113.718)		(171.936)	(194.085)
(-) Despesas com vendas	(12.583)	(24.447)		(37.030)	(47.477)
Margem Bruta	21.527	21.286		42.813	46.345
Despesas Administrativas/outras			(19.611)	(19.611)	(24.633)
Resultado equivalência			(579)	(579)	-
Resultado financeiro			(20.968)	(20.968)	(11.982)
Impostos sobre o lucro			(26.897)	(26.897)	(26.401)
Participação dos minoritários					44
Lucro Líquido	21.527	21.286	(68.055)	(25.242)	(16.627)

A Companhia optou por não apresentar o lucro, ativos e passivos separadamente para cada um dos segmentos operacionais em que atua, visto que os mesmos compartilham a estrutura de custos indiretos, despesas administrativas e de vendas. A margem bruta resulta da receita de vendas, deduzida de impostos, custo dos produtos vendidos e despesas variáveis de vendas, como fretes e comissões.

Conselho de Administração

Michael Lenn Ceitlin – Presidente

Paulo Roberto Leke – Vice Presidente

Cristiano Jacó Renner – Conselheiro

Diretoria

Michael Lenn Ceitlin – Diretor Superintendente e de Relações com o Mercado

Julio Cesar Camara – Diretor

Marcelo Fagundes de Freitas – Diretor

Marcelo Fagundes de Freitas

Contador CRC 1RS 057349/O7SSP

CPF: 526.944.020-20

MUNDIAL S.A. - PRODUTOS DE CONSUMO
Companhia Aberta
CNPJ 88.610.191/0001-54

ORÇAMENTO DE CAPITAL PROPOSTO
PELA ADMINISTRAÇÃO

Para o atendimento da Instrução Normativa 480/09, publicada pela CVM na data de 07 de dezembro de 2009, a Companhia está apresentando o orçamento de capital para 2011.

Orçamento de Capital de 2011

(em reais mil)

Fonte de recursos

A Companhia apresentou neste exercício uma reversão do resultado acumulado negativo, , no montante de R\$ 22.221 em 2009, para um montante de R\$ 25.043 positivo em 2010, antes da distribuição de dividendos na forma de juros sobre o capital próprio no montante de R\$ 1.729, líquido de imposto de renda retido na fonte.

A renegociação da dívida de ICMS junto à Secretaria da Receita Estadual, programa Ajustar, somado à adjudicação de imóvel não operacional, conforme nota explicativa nº 20 (c), foram os grandes responsáveis por esta reversão de resultados acumulados em 2010.

Uso de recursos

Considerando que este cenário não foi suficiente para repor o descasamento de capital de giro, que em 2010 ficou negativo em R\$ 102.574, a Companhia irá propor à AGO o pagamento de dividendos apenas na parcela correspondente aos juros sobre o capital próprio bruto, no montante de R\$ 2.032, valor este inferior ao dividendo mínimo obrigatório de R\$ 5.233. O saldo remanescente, no montante de R\$ 3.021, será proposta a constituição de Reserva Especial para futuro pagamento de dividendos.

Atenciosamente,

São Paulo, 28 de março de 2011.

Michael Lenn Ceitlin – Presidente

Paulo Roberto Leke – Vice Presidente

Cristiano Jacó Renner - Conselheiro

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Diretores e Acionistas da
MUNDIAL S.A. – PRODUTOS DE CONSUMO
São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da **MUNDIAL S.A. – PRODUTOS DE CONSUMO**, identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2010 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações contábeis consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* – IASB, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações contábeis individuais

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **MUNDIAL S.A. – PRODUTOS DE CONSUMO** em 31 de dezembro de 2010, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da **MUNDIAL S.A. – PRODUTOS DE CONSUMO** em 31 de dezembro de 2010, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* – IASB e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase

Conforme evidenciado na Nota Explicativa nº 1(b), a Companhia ainda apresenta uma situação patrimonial e financeira que requer forte gestão administrativa, além disso, possui créditos a receber de empresa relacionada no valor de R\$ 279.605 mil, demonstrado no realizável a longo prazo, cuja recuperação é incerta, tendo em vista a situação patrimonial e financeira daquela empresa, que apresenta capital de giro negativo e passivo a descoberto (patrimônio líquido negativo). Estes fatores são indicativos de que a continuidade normal das operações da Companhia depende do êxito das medidas relacionadas pela Administração na referida Nota Explicativa. As demonstrações contábeis não incluem quaisquer ajustes decorrentes dessas incertezas e foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a empresas em regime normal de operações.

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 13, a Companhia possui créditos tributários adquiridos de terceiros, reconhecidos no ativo não circulante, para os quais o reconhecimento definitivo, no entanto, depende de decisão judicial em processo que está em andamento. Os advogados da Companhia entendem que existem efetivas possibilidades de obtenção de decisão favorável. Em garantia da realização destes créditos, a Companhia possui um imóvel, cujo valor efetivo de realização, no caso de execução da garantia, ainda não foi determinado pela Companhia, conforme comentado na referida Nota.

Conforme mencionado na nota explicativa nº 21 (b), a Companhia já foi considerada excluída do Programa de Recuperação Fiscal - REFIS, que, entre outras exigências, requer a manutenção da pontualidade na liquidação das obrigações tributárias correntes das empresas. Através de contestação judicial a Companhia tem mantido sua participação no Programa por meio de medida liminar. Os consultores jurídicos entendem, ainda, que os argumentos e o suporte documental apresentados na defesa da Companhia são suficientes para permitir que decisões definitivas venham a ser proferidas em seu favor.

Outros Assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, as demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão

adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2009, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente por nós auditados de acordo com as normas de auditoria vigentes por ocasião da emissão do relatório em 14.05.2010, que conteve as mesmas ênfases acima mencionadas. As normas de auditoria anteriormente vigentes permitiam divisão de responsabilidade, assim as demonstrações contábeis da controlada Laboratório Avamiller Ltda., utilizadas para a elaboração das demonstrações consolidadas daquele exercício, foram examinadas por outros auditores independentes que emitiram parecer em 20 de maio de 2010, sem ressalvas e com parágrafo de ênfase referente à continuidade daquela empresa.

Porto Alegre, 30 de março de 2011.



CRC Nº 2SP013002/O-3

Antonio Carlos Bonini Santos Pinto
CT CRC Nº 1SP114365/O-0 "S" RS

MUNDIAL S.A. - PRODUTOS DE CONSUMO
Companhia Aberta
CNPJ 88.610.191/0001-54

PARECER E DECLARAÇÃO DOS DIRETORES ÀS
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
DE 31 DE DEZEMBRO DE 2010

Parecer e Declaração dos Diretores

Para fins do disposto nos incisos V e VI do artigo 25 Instrução da CVM nº 480/09, os Diretores da Mundial S.A – Produtos de Consumo, abaixo assinados, declaram que:

(a) Revisaram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no Relatório dos Auditores Independentes emitido pela Directa Auditores, relativo às demonstrações contábeis da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010, e

(b) Revisaram, discutiram e concordam com as demonstrações contábeis da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010.

São Paulo, 30 de março de 2011.

Michael Lenn Ceitlin – Diretor Superintendente de Relações com o Investidor

Julio Cesar Camara – Diretor

Marcelo Fagundes de Freitas - Diretores

MUNDIAL S.A. - PRODUTOS DE CONSUMO
Companhia Aberta
CNPJ 88.610.191/0001-54

PARECER DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO ÀS
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
DE 31 DE DEZEMBRO DE 2010

Parecer do Conselho de Administração

O Conselho de Administração da Mundial S.A – Produtos de Consumo, em cumprimento às disposições legais e estatutárias, examinou o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis (controladora e consolidado) referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010. Com base nos exames efetuados e considerando o relatório sem ressalvas dos auditores independentes, Directa Auditores, com data de 30 de março de 2011, o Conselho de Administração conclui que os referidos documentos, bem como o orçamento de capital para 2011 e a proposta de destinação de lucros do período, incluindo a distribuição de juros de capital próprio, estão em condições de serem apreciados pela Assembléia Geral Ordinária.

São Paulo, 30 de março de 2011.

Michael Lenn Ceitlin – Presidente

Paulo Roberto Leke – Vice Presidente

Cristiano Jacó Renner - Conselheiro